



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal do Barreiro iniciada em vinte e três de junho, com continuação em vinte e cinco, vinte e nove, trinta de junho, e dois de julho de dois mil e vinte

ATA Nº 03/2020

Aos vinte e três dias do mês de junho de dois mil e vinte, no Pavilhão Desportivo do Luso Futebol Clube, sito na Av. Henrique Galvão 26, 2830-308 Barreiro, teve início pelas vinte e uma horas a Sessão Ordinária da Assembleia Municipal do Barreiro. Na Mesa, o Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, foi secretariado por Ana Santos e André Antunes.

A Câmara Municipal esteve representada pelo Presidente da Câmara, Frederico Rosa, João Pintassilgo, Sara Ferreira, Rui Braga, Sofia Martins, Pedro Estrela, Paulo André Fernandes, Rui Lopo, Joana Medeira.

A Ordem de Trabalhos encontra-se inserta na Ata como **anexo I e II**.

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, consultou o Plenário sobre a substituição, na Mesa provisória, do Deputado André Antunes, pela Deputada Filipa Pinto, tendo havido consenso. Informou os pedidos de suspensão e de substituição, conforme Declarações de Presenças, **anexo III**. Deu posse à Deputada Cláudia Bizarro, a quem formulou votos de bom mandato.

Assembleia Municipal - Pedidos de suspensão	
Carlos Humberto, substituído por Antonieta Fortunato	
Assembleia Municipal - Pedidos de substituição	
Paulo de Deus substituído por Macário Dias	
Rosalina Carmona substituída por Márcia Calafate	
Alexandre Teixeira substituído por Sílvia Baião	
Filomena Vitorino substituída por José Carlos Marques	
Gabriela Soares substituída por Sérgio Antunes	
David Rodrigues substituído por Rui de Carvalho	
Ana Teresa Xavier substituída por Cláudia Bizarro	
Câmara Municipal - Pedidos de substituição	
Bruno Vitorino substituído por Joana Medeira	
Sónia Lobo substituída por Pedro Estrela	

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, fez uma breve nota sobre a preocupação na organização da Assembleia, em que se iria registar a participação de público e as medidas tomadas. Agradeceu aos Líderes de todas as Bancadas, a ajuda na tomada de muitas das decisões que tinham sido necessárias. Informou que, contrariamente à sua vontade e em virtude de não ter havido consenso, as respostas às questões que fossem colocadas pelo público, continuariam a ser feitas por escrito. Agradeceu ao Luso Futebol Clube a disponibilidade para receber mais uma Sessão da Assembleia Municipal, agradeceu aos Serviços e em particular ao Dr. Paulo Santos e Manuel Jacinto pelo auxílio inestimável que tinha permitido assegurar as condições de segurança.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O **Presidente do Luso Futebol Clube, Rui Pereira**, anunciou que a Coletividade celebrava o 100º Aniversário e que, devido à pandemia, não tinha sido possível celebrar as comemorações onde estava incluído o lançamento do Livro dos Cem Anos, mas que, logo que possível, as mesmas seriam realizadas. Deixou uma palavra de apreço a todos os sócios do Luso, aos dirigentes que o acompanhavam, aos pais e aos atletas, pois sem eles nada seria possível fazer.

O **Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista**, expressou ao Partido Socialista, na pessoa da Presidente de Junta Isabel Ferreira e à família de Afonso Costa, autarca na Freguesia de Santo António, as condolências pelo seu falecimento. Questionou se havia condições para votar as Atas Nº 1 e 2 de dois mil e vinte.

A **Deputada Márcia Calafate**, interpelou a Mesa para solicitar que fosse adiada a votação das atas, até à chegada da Deputada Dulce Reis, para permitir a sua intervenção.

O **Deputado Vítor Castro Nunes**, na sequência da sugestão da Deputada Márcia Calafate, sugeriu que as atas fossem apreciadas no fim da reunião, ou no início da reunião do dia vinte e cinco.

O **Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista**, acolheu a sugestão de as Atas serem votadas no início da reunião seguinte. Informou os munícipes inscritos sobre algumas ligeiras alterações que tinha sido necessário fazer, tendo em conta as regras de segurança exigidas.

1. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO AO ABRIGO DO ARTIGO 44º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Paula da Costa, em nome do ACVG, fez o ponto de situação do caso que já tinha relatado na Sessão Ordinária de fevereiro. No mesmo âmbito, deu a conhecer que as intervenções formativas sobre relações afetivas, realizadas entre fevereiro e março, na Escola Padre Abílio Mendes, tinham atingido os objetivos propostos e iriam continuar, logo que fosse possível. Agradeceu à Escola e em especial aos professores de cidadania, o apoio e acompanhamento da iniciativa. Agradeceu também à Assembleia Municipal e ao Executivo da Câmara Municipal o apoio dado ao ACVG, Acção Contra Violência de Género - Barreiro, **anexo IV**.

João Manuel Castro, na qualidade de Presidente da AMA Bairro, Associação de Moradores e Amigos do Bairro – Barreiro, questionou a situação do derrube dos pavilhões da escola primária, do asfaltamento da Rua Mário Sacramento e dos pedidos de consolidação de espaços do Bairro, que a União de Freguesias tinha apresentado à Câmara. Manifestou incómodo por mais uma vez, fruto da poda das árvores, não tivessem sido recolhidos os seus ramos e, pela existência de três entidades responsáveis pela manutenção e limpeza do Bairro, modelo que considerou não funcionar. Lembrou a necessidade de reunir com a Vereadora Sara Ferreira para regularizar situações, nomeadamente em habitações, **anexo V**.

Marta Sofia Guerreiro, valorizou a e sugeriu a continuação das linhas de apoio social criadas pelo Município, na situação pandémica que se atravessava, **anexo VI**.

Ricardo Melo Manes, elogiou as obras de desenvolvimento e revalorização do Concelho, nomeadamente na sua zona ribeirinha, **anexo VII**.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Guilherme Lopes Martins, elogiou o ressurgimento que estava a ser feito no Barreiro, através das obras de revitalização e reabilitação em curso, nomeadamente na Freguesia do Alto do Seixalinho, com mobiliário urbano, com a edificação de novos espaços verdes, com as obras no Polís e com a renovação das redes municipais de distribuição de água e saneamento, **anexo VIII**.

Jéssica Pereira, em nome da Comissão de Utentes dos Serviços Públicos do Barreiro, afirmou que não iria fazer nenhuma saudação ao Executivo, mas sim aos utentes e procedeu à leitura da sua intervenção, **anexo IX**.

João Filipe Salvado, felicitou o Executivo pela concretização de algumas obras nas Freguesias de Palhais e Coima e discriminou-as. Apelou a uma solução para a inexistência de multibanco em Palhais e questionou para quando estava prevista a repavimentação da Rua Monteiro Vinhais, Gago Coutinho e o passeio da Quinta do Peliche, **anexo X**.

2. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Presidente da Assembleia Municipal, **André Pinotes Batista**, deu a conhecer que tinham dado entrada onze documentos, conforme quadro infra, **anexo XI**.

A	CDU	MOÇÃO-POR UM SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE AINDA MAIS FORTE
B	PAN	RECOMENDAÇÃO - NÃO DEIXAR NINGUÉM PARA TRÁS-POR UMA RECUPERAÇÃO RÁPIDA, JUSTA, VERDE E INCLUSIVA, DA CRISE PROVOCADA PELO COVID-19
C	BE	RECOMENDAÇÃO-PELA REGULAMENTAÇÃO E IMPLMENTAÇÃO DO SUPLEMENTO DE INSALUBRIDADE, PENOSIDADE E RISCO NA ADMINSITRAÇÃO LOCAL
D	BE	SAUDAÇÃO À MOBILIZAÇÃO ANTI-RACISTA
E	BE	PROPOSTA PELA INSENÇÃO DA TAXA DE OCUPAÇÃO PARA O SETOR ITINERANTE DE DIVERSÃO E RESTAURAÇÃO
F	PS	SAUDAÇÃO ÀS EFEMÉRIDES: 100º ANIVERSÁRIO DO LUSO FUTEBOL CLUBE E DO 150º ANIVERSÁRIO DA SOCIEDADE DEMOCRÁTICA UNIÃO BARREIRENSE (SDUB-OS FRANCÊSES) E DA SOCIEDADE DE INSTRUÇÃO E RECREIO BARREIRENSE (SIRB-OS PENICHEIROS)
G	BE	RECOMENDAÇÃO - ATRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA DA TARIFA SOCIAL DA ÁGUA E RESÍDUOS
H	CDU	MOÇÃO-POR UMA CIDADE AMBIENTAL E SOCIALMENTE SUSTENTÁVEL
I	CDU	O BARREIRO, O PERÍODO DO COVID E A RECUPERAÇÃO ECONÓMICA E SOCIAL DO CONCELHO
J	PS	VOTO DE LOUVOR/RECONHECIMENTO-AOS TRABALHADORES ENVOLVIDOS NO COMBATE À PANDEMIA COVID-19
K	CDU	MOÇÃO DE LOUVOR AOS TRABALHADORES E INSTITUIÇÕES PELA RESPOSTA À CRISE EPIDEMIOLÓGICA

O Deputado **André Brás dos Santos**, fez a apresentação do documento F, através da leitura de alguns excertos.

O Deputado **Durval Salema**, procedeu à leitura do documento B e ao resumo das medidas nele constantes.

A Deputada **Antonieta Bodziony**, apresentou o documento A, procedendo à sua leitura.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Deputado José Paleta, sublinhou como positivo o facto de se terem realizado as comemorações do 25 de Abril e do 1º de Maio em cenário de pandemia, e saudou todos os sindicalistas da CGTP-Intersindical Nacional. Comentou como um fenómeno bem mais largo do que discriminação social, o assassinato de George Floyd e o acentuar do racismo na maior potência económica mundial, com a pandemia do COVID-19.

A Deputada Ana Santos, apresentou o documento J, através da sua leitura.

O Deputado André Antunes, fez a leitura do documento D e deu nota de que, tendo em conta as obras a decorrer no Concelho, se deveria homenagear Alcindo Monteiro, que era residente no Barreiro, e que o Bloco de Esquerda o iria propor, em sede de Comissão de Toponímia.

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, informou que, normalmente, os documentos eram tacitamente aceites, mas, no seu entender, o documento E do Bloco de Esquerda não cumpria os formalismos legais e regimentais, por se tratar de uma proposta, sugerindo a sua transformação em Recomendação.

A Deputada Marcia Calafate, efetuou a leitura do documento I.

A Deputada Dulce Reis, apresentou o documento K, através da sua leitura.

A Deputada Susana Ramalho, efetuou a leitura do H.

O Deputado Francisco Alves, fez comentários à intervenção do público, deu a conhecer o objetivo pretendido com a apresentação do documento C, bem como e a intenção do documento G. Aceitou alterar a nomenclatura do documento E, para Recomendação.

O Deputado André Brás dos Santos, teceu comentários em relação ao documento I, apresentado pela CDU, **anexo XII**.

O Deputado Vítor Castro Nunes, em nome do seu Grupo Municipal, manifestou interesse em se associar às saudações do documento F, e afirmou a convicção de que perante os sinais da grave crise económica, se deveria manter a coerência, o rigor e a responsabilidade financeira que a situação de emergência impunha. Afirmou, ainda, que no presente contexto de emergência sanitária e contrariamente ao habitual, as manifestações, os comícios e festas de qualquer natureza, não tinham simpatia da sua parte. Comentou o conteúdo de alguns dos documentos que já tinham sido apresentados, em particular o documento D, assinalando que, no seu entender, a mobilização aí referida não tinha verdadeiramente tido por objeto o racismo, lamentando os insultos dirigidos às forças de segurança.

O Deputado Isidro Heitor, comentou o conteúdo dos documentos A, B, C, G, I e propôs que este último fosse retirado e baixasse à respetiva Comissão na Assembleia Municipal, para que fosse consensualizada por todas as forças políticas uma proposta do Município do Barreiro a apresentar ao Poder Central.

O Deputado José Paleta, pediu esclarecimento ao Deputado Isidro Heitor sobre atual investimento no Serviço Nacional de Saúde, se a ANA não tinha obrigatoriedade da construção do Novo Aeroporto e, se estávamos a caminho do comunismo, face ao argumento proferido em relação à China.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Deputado Francisco Alves, pediu para o Deputado Isidro Heitor esclarecer se tinha lido, o que estava proposto na Recomendação G.

O Deputado Isidro Heitor, respondeu ao Deputado José Paleta que na sua análise própria, se estava a tornar perigoso para o mundo, o facto de subsistir na China um sistema de organização ao nível do estado e outro ao nível da economia e que a pandemia tinha demonstrado a necessidade de reequilíbrios. Afirmou estar convicto que a ANA não tinha obrigatoriedade em relação à construção do aeroporto em Alcochete e que, no contexto atual, face a outros aeroportos da Europa e do Mundo, essa opção não era competitiva, devido à obrigatoriedade de pagamento de taxas aeroportuárias.

O Deputado Luís Cerqueira, comentando o documento H apresentado pela CDU, referiu que, a riqueza paisagística e ambiental da frente ribeirinha do rio Coina, era indiscutível e inegável, mas que não se deveria esquecer que o território tinha dois mil anos de humanização e que, inclusivamente o território da Braamcamp era um potencial extraordinariamente interessante, mas naturalizado. Comentou que deveria ser ponderada a mudança de opinião da CDU em relação à Braamcamp, pois o valor de aquisição refletia construção e por isso, tinha sido uma mudança pesada para os cofres do Município. Acrescentou que a judicialização política à volta da Braamcamp, prejudicava a democracia e não lhe parecia o caminho correto.

O Deputado Francisco Alves, manifestou-se totalmente em desacordo com a intervenção do PSD e recordou que não se estava no tempo da Troika. Referiu que o documento I apresentado pela CDU, já revelava a entrada na fase pré-eleitoral e que o Bloco de Esquerda não iria acompanhar, porque faltava o que consideravam muito importante, a proibição dos despedimentos e a reversão dos que já tinham sido feitos.

O Vice-Presidente da Câmara Municipal, João Pintassilgo, afirmou estar de acordo com a sua concretização do exposto no documento G do Bloco de Esquerda, explicou as dificuldades da sua aplicação e informou que esse trabalho tinha sido interrompido em prol de uma nova candidatura a bio resíduos, devido ao chumbo da anterior, por parte da ERSAR. Explicou o que tinha ocorrido com as faturas de água e afirmou que não era necessário a CDU estar preocupada com a preservação dos espaços naturais do Concelho e das suas zonas ribeirinhas, que se encontra garantida no PDM desde mil novecentos e noventa e três, e que, por isso, tinha sido possível criar uma reserva natural no Sapal do Rio Coina e na Mata da Machada.

O Presidente da Câmara Municipal, Frederico Rosa, confirmou a não realização das Festas do Barreiro em virtude de se ter reforçado ainda mais a crise sanitária, na Área Metropolitana de Lisboa. Manifestou o seu acordo à saudação antirracista e acrescentou que a mesma deveria ser alargada à tolerância pelas opiniões e sensibilidades de cada um, dando como exemplo a difamação pessoal de tudo e de todos, nas redes sociais. Comentou os documentos apresentados pelo Grupo Municipal da CDU.

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, interrompeu os trabalhos por cinco minutos, para apreciação dos documentos.

O Deputado Vítor Castro Nunes, sugeriu alterações aos documentos A, B, E e I, e confirmou a vontade do PSD de se associar ao documento F.

O Deputado José Caetano, sugeriu que, no documento F, fossem feitas algumas correções de carácter histórico, nomeadamente em relação a algumas datas e alcunhas.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A Deputada Susana Ramalho, deu a conhecer que o Grupo Municipal da CDU pretendia votar a favor o documento J na condição de ser retirado o parágrafo, que descreveu.

O Deputado Durval Salema, aceitou a alteração proposta ao documento B, pelo Deputado Vítor Castro Nunes, propôs alterações ao documento I e questionou se a CDU as aceitava.

A Deputada Márcia Calafate, em nome do Grupo Municipal da CDU, deu a conhecer que não estavam de acordo com as alterações propostas pelo PAN e PSD ao documento I, mas concordavam com a sugestão de baixar a mesma à Comissão.

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, pediu à Deputada Márcia Calafate para confirmar se retirava a proposta para baixar à Comissão, conforme tinha sido pedido.

A Deputada Márcia Calafate, respondeu que não pretendia retirar a mesma, porque as decisões estavam prestes a ser tomadas pelo Governo Português e o Barreiro tinha que se posicionar.

O Deputado Francisco Alves, respondeu ao Deputado Vítor Castro Nunes que a explicação pedida sobre o documento E, se encontrava no ponto 5. Informou que o BE aceitava a sugestão dada pelo Grupo Municipal do PS ao documento F.

O Deputado André Brás dos Santos, em nome do Grupo Municipal do PS, informou ter sido aceite a associação do PSD ao documento F e que igualmente tinha sido aceite a sugestão da CDU para correção de datas, mas não para correção das alcunhas históricas das coletividades.

A Deputada Ana Santos, referiu que não tinham sido aceites as alterações propostas pela CDU ao documento J.

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, questionou se a CDU tinha ou não aceite as alterações propostas pelo PSD ao documento A, tendo sido informado da não aceitação das mesmas. Submeteu os documentos à votação:

A – MOÇÃO - POR UM SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE AINDA MAIS FORTE - (votação separada por proposta do PSD)

Considerandos – **Aprovados com votos a favor do PS(14), CDU(10), BE(2), PAN(1), MCI(1) e abstenção do PSD(3)**

Deliberativos – **Aprovados por unanimidade – Deliberação N° 35/2020**

B - RECOMENDAÇÃO - NÃO DEIXAR NINGUÉM PARA TRÁS POR UMA RECUPERAÇÃO RÁPIDA, JUSTA, VERDE E INCLUSIVA, DA CRISE PROVOCADA PELO COVID-19

Reprovada com votos contra a CDU(10), abstenção do PS(14) e BE(2), e votos a favor do PSD(3), PAN(1) e MCI(1)

C -RECOMENDAÇÃO-PELA REGULAMENTAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO SUPLEMENTO DE INSALUBRIDADE, PENOSIDADE E RISCO NA ADMINISTRAÇÃO LOCAL

Aprovada com votos a favor do PS(13), CDU(10), BE(2), PAN(1), MCI(1) e abstenção do PSD(3) e do Presidente da Assembleia Municipal – Deliberação N° 36/2020.

D - SAUDAÇÃO À MOBILIZAÇÃO ANTI-RACISTA

Aprovada com votos a favor do PS(13), CDU(10), BE(2), PAN(1), MCI(1) e abstenção do PSD(3) – Deliberação N° 37/2020.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

E - PROPOSTA PELA INSENSÃO DA TAXA DE OCUPAÇÃO PARA O SETOR ITINERANTE DE DIVERSÃO E RESTAURAÇÃO - (designação alterada para Recomendação)

Aprovada com votos a favor da CDU(10), PSD(3), BE(2), e abstenção do PS(14), MCI(1) e PAN(1) – Deliberação Nº 38/2020.

F - SAUDAÇÃO ÀS EFEMÉRIDES: 100º ANIVERSÁRIO DO LUSO FUTEBOL CLUBE E DO 150º ANIVERSÁRIO DA SOCIEDADE DEMOCRÁTICA UNIÃO BARREIRENSE (SDUB-OS FRANCESES) E DA SOCIEDADE DE INSTRUÇÃO E RECREIO BARREIRENSE (SIRB-OS PENICHEIROS)

Aprovada por unanimidade – Deliberação Nº 39/2020

G - RECOMENDAÇÃO - ATRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA DA TARIFA SOCIAL DA ÁGUA E RESÍDUOS

Aprovada com votos a favor do PS(14), CDU(10), BE(2), PAN(1), MCI(1) e abstenção do PSD(3) – Deliberação Nº 40/2020.

H - MOÇÃO-POR UMA CIDADE AMBIENTAL E SOCIALMENTE SUSTENTÁVEL

Reprovada com votos a favor da CDU(10), BE(2) e PAN(1), abstenção do PSD(3) e votos contra do PS(14) e MCI(1)

I - O BARREIRO, O PERÍODO DO COVID E A RECUPERAÇÃO ECONÓMICA E SOCIAL DO CONCELHO

Reprovado com votos a favor da CDU(10), abstenção do PSD(3), BE(2) e PAN(1) e votos contra do PS(14) e MCI(1)

J - VOTO DE LOUVOR/RECONHECIMENTO-AOS TRABALHADORES ENVOLVIDOS NO COMBATE À PANDEMIA COVID-19

Considerandos – **Aprovados com votos a favor do PS(14), PAN(1) e MCI(1), abstenção da CDU(10), PSD(3) e BE(2)**

Deliberativos – **Aprovados por unanimidade – Deliberação Nº 41/2020**

K - MOÇÃO DE LOUVOR AOS TRABALHADORES E INSTITUIÇÕES PELA RESPOSTA À CRISE EPIDEMIOLÓGICA

Considerandos – **Aprovados com votos a favor do PS(14), CDU(10), BE(2), PAN(1) e MCI(1) e abstenção do PSD(3)**

Deliberativos – **Aprovados por maioria, com votos a favor do PS(14), CDU(10), BE(2), PAN(1) e MCI(1) e abstenção do PSD(3) – Deliberação Nº 42/2020**

A Deputada Ana Santos, procedeu à leitura da Ata em Minuta que foi, aprovada por unanimidade, anexo XIII.

Os trabalhos foram interrompidos às zero horas e quarenta e um minutos, do dia vinte e quatro de junho de dois mil e vinte.

**Sessão Ordinária da Assembleia Municipal do Barreiro
iniciada em vinte e três de junho,
com continuação a vinte e cinco de junho de dois mil e vinte**

Aos vinte e cinco dias do mês de junho de dois mil e vinte, no Pavilhão Desportivo do Luso Futebol Clube, sito na Av. Henrique Galvão 26, 2830-308 Barreiro, teve continuação, pelas vinte e uma horas a Sessão Ordinária da Assembleia Municipal do Barreiro. Na Mesa, o Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, foi secretariado por Ana Santos e André Antunes.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A Câmara Municipal esteve representada pelo Presidente da Câmara, Frederico Rosa, João Pintassilgo, Sara Ferreira, Rui Braga, Sofia Martins, Pedro Estrela, Paulo André Fernandes, Rui Lopo, Joana Medeira.

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, informou os pedidos de suspensão e de substituição, conforme Declarações de Presenças, **anexo XIV**. Deu posse ao Deputado Romeu Reguengo a quem formulou votos de bom mandato. Relembrou que iria colocar à votação as Atas N.º 1 e N.º 2 de dois mil e vinte.

Assembleia Municipal - Pedidos de suspensão	
Carlos Humberto,	substituído por Antonieta Fortunato
Assembleia Municipal - Pedidos de substituição	
Paulo de Deus	substituído por Macário Dias
Rosalina Carmona	substituída por Márcia Calafate
Alexandre Teixeira	substituído por Sílvia Baião
Filomena Vitorino	substituída por José Carlos Marques
Rogério da Ponte	substituído por Romeu Reguengo
Ana Teresa Xavier	substituída por Patrícia Ferreira
Câmara Municipal - Pedidos de substituição	
Bruno Vitorino	substituído por José Paulo Rodrigues
Sofia Martins	substituída por Alexandra Silvestre
Sónia Lobo	substituída por Cristiano Castanheira

A Deputada Dulce Reis, interpelou a Mesa para manifestar dúvidas quanto ao conteúdo das Atas, pois, na de sete de maio a resposta do Presidente à intervenção da Deputada Márcia Calafate não estava fiel ao que tinha sido dito e, na da reunião realizada em Coina, a descrição da intervenção do Sr. Juvenal Silvestre, em relação à da munícipe Ana Catarina Fialho sobre a reposição da verdade dos factos ocorridos com uma faixa em Coina. Afirmou que continham juízos de valor, pelo que a CDU iria votar contra as duas Atas.

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, respondeu que nada tinha a comentar sobre a intervenção da Deputada Dulce Reis, lembrando que tinha sido adotada a metodologia de enviar as propostas de Atas para recolha de sugestões dos Senhores Deputados que, num princípio de boa fé, eram quase sempre aceites.

O Deputado José Paleta, interpelou a Mesa dizendo que não era uma questão de desconfiança de quem fazia as atas e não estava em causa a boa vontade do Sr. Presidente, apenas pretendia saber da possibilidade de as mesmas corresponderem na íntegra, ao que era falado e gravado. Deu como exemplo uma transcrição em que: - "eu falei da caracterização do regime antes do 25 de Abril como regime fascista, sempre falamos assim no meu Partido, há quem diga outro regime, Estado Novo, nós dizemos regime fascista e transcreveram para uma ata, dizendo que eu falei no regime anterior... eu não disse regime anterior, é uma caracterização política, desvirtuou a minha opinião, disse.

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, assumiu que não havia a mínima possibilidade de transcrição das atas na íntegra. Concordou com o facto de que, em virtude da interpretação e cunho de quem as fazia, nenhuma iria transparecer exatamente aquilo que se tinha passado e acrescentou "...por isso é que o apelo que a Mesa faz, e que eu faço, é que os Senhores Deputados, quando leem as atas, detetem



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

este tipo de coisas. Nos últimos três anos, funcionou sempre assim e funcionou sempre bem, e, por isso, não há nenhuma razão, para que, no ano que aí vem, não funcione também. Façam-nos chegar os pedidos de alteração, nós alteramos e fazemos de boa fé aquilo que os Senhores Deputados estão a dizer”. Mais acrescentou que, se a CDU pretendesse, as atas seriam retiradas para posterior votação.

A Deputada Dulce Reís, afirmou que não lhe tinha sido possível em tempo útil efetuar a tarefa de propor alterações às atas, pediu à Mesa para que fossem retiradas e prontificou-se a propor a correção do que estava em falta, ou em contradição com a gravação.

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, concordou e informou que as atas seriam votadas na reunião seguinte. Frisou que sempre tinha havido e continuaria a haver abertura da Mesa para aceitação de alterações, porque o que se pretende é que as atas sejam o mais fidedignas possível.

3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

3.1 APRECIÇÃO DAS INFORMAÇÕES ESCRITAS DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, DE ACORDO COM O ARTIGO 25º, nº2, ALÍNEA C) DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO – anexo XV e anexo XV(A).

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, referiu que a Informação Escrita relativa a fevereiro e março tinha sido enviada antecipadamente e no cumprimento do preceito legal e que a mesma iria ser discutida conjuntamente com a de abril e maio. Informou que a Conferência de Líderes tinha decidido atribuir mais tempo de intervenção aos partidos menos representados, por se tratar da discussão de duas Informações Escritas

O Presidente da Câmara Municipal, Frederico Rosa, da atividade primordial do trajeto feito nos meses abrangidos pelas duas Informações destacou: a ativação do Plano Municipal de Emergência da Proteção Civil, que desencadeou uma série de ações, nomeadamente a constituição de mais duas equipas de intervenção permanente, em ambas as Corporações de Bombeiros; a criação de uma linha de apoio social; a constituição de equipas de rua para apoio aos sem-abrigo; as equipas do projeto “Barreiro mais ativo”; as isenções de taxas de publicidade e de esplanadas; o pagamento de cinquenta por cento do seu valor dos contratos na área da cultura; o apoio massivo ao movimento associativo; o fecho e a abertura dos mercados municipais e de levante. Explicou a celeridade que tinha tido o processo de aquisição dos ventiladores.

O Deputado José Caetano, contestou a atribuição de mais de tempo de intervenção a alguns Deputados. Argumentou que o Regimento já o fazia, que a atribuição só dependia do peso eleitoral de cada Deputado e que não abdicava dos direitos de representação dos que nele tinham votado.

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, pediu ao Deputado para o elucidar de quantos minutos tinham sido retirados à CDU.

O Deputado José Caetano, respondeu que havia Deputados que iriam ter quatro ou cinco minutos e ele, em pé de igualdade com todos os outros iria ter direito a um minuto.

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, perguntou se o Deputado estava a fazer uma interpelação à Mesa ou uma intervenção.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O **Deputado José Caetano**, respondeu que estava a dar uma opinião e que não aceitava que a Autarquia atribuísse de forma arbitrária mais direitos a uns do que a outros. Afirmou como simplista, leviana, inaceitável e até duvidosa do ponto de vista legal a presença de cinco Vereadores do PS e dois Vereadores do PSD em iniciativas realizadas. Apontou que em relação ao mandato anterior tinha havido um retrocesso na forma de apresentação das Informações Escritas, que eram abstratas e de difícil extração da realização concreta das ações. Pôs em causa a forma como estavam a ser geridas as obras municipais, exemplificando com as da Avenida Miguel Bombarda. Comentou como incompreensível o facto de não ter sido apresentado à Assembleia Municipal o negócio que tinha sido feito com a atribuição da concessão de Led's, bem como o facto de a Câmara Municipal se ter autoexcluído do processo que o Governo da República estava a tratar em termos nacionais.

O **Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista**, disse: "Senhor Deputado, eu pedi a palavra para lhe recordar que uma mentira repetida muitas vezes é apenas isso... uma mentira!". Acrescentou que o Deputado José Caetano não tinha perdido nenhum direito e que tinha mentido ao falar em facilitismo na condução dos trabalhos, pois o que havia era rigor e respeito uns pelos outros. Explicou que, em Conferência de Representantes, tinha sido consensualizado, face às características da Ordem de Trabalhos, atribuir mais tempo ao PSD, ao MCI, ao PAN e ao BE, mas não tinha sido retirado nem um minuto ao PS nem à CDU, pelo que sugeriu que se informasse com as suas colegas de bancada, para não fazer a figura triste de contradizer o que tinha sido combinado.

O **Deputado José Caetano**, respondeu que não aceitava a informação dada, pois efetivamente havia deputados que na discussão iriam ter o triplo do tempo que ele teria e não tinham tido mais votos do que ele. Referiu como facilitismo o facto de na Ordem de Trabalhos constar primeiro a integração do Saldo de Gerência de dois mil e dezanove, nas contas da Câmara, antes de as mesmas serem aprovadas.

O **Deputado André Antunes**, perguntou ao Grupo Municipal da CDU se na Conferência de Representantes realizada a oito de junho de dois mil e vinte, tinha estado presente algum representante seu, se tinha estado, se tinha concordado com a decisão e, se o Deputado José Caetano estava em solidariedade com o seu grupo e nele se revia.

A **Presidente da Junta da União de Freguesias de Palhais e Coina, Naciolinda Silvestre**, referiu que algo não estaria a funcionar bem, pois já não era a primeira vez que em Assembleia eram questionadas as decisões tidas nas Conferências. Acrescentou que ninguém tinha recusado o que o Presidente da Assembleia tinha sugerido e que, se o Deputado José Caetano não confiava nos seus camaradas, deveria assistir às reuniões.

A **Deputada Filipa Pinto**, procedeu à leitura do documento inserto na Ata como, **Anexo XVI**.

A **Deputada Márcia Calafate**, disse: "tinha aqui uma ou duas questões, principalmente para quem nos assiste remotamente, pois as pessoas veem basicamente a Mesa, ou o que está no microfone no púlpito, mas não assistem às expressões faciais, corporais, bocas, que o Senhor Presidente da Câmara insiste em fazer nestas sessões, é inaceitável". Igualmente afirmou, para quem assistia remotamente, que o público não podia estar presente, mas na sala estavam pessoas que não eram essenciais para o funcionamento da reunião. Contestou que o Presidente da Câmara sobre a Informação Escrita de fevereiro/março e a outra até maio, só falasse de COVID, quando havia um



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ponto próprio para tal. Questionou se tinha sido alterado o protocolo assinado entre o Lidl e a Câmara Municipal, aquando da revogação do Plano de Pormenor da Quinta das Canas, que incluía a cedência de terrenos junto à zona ribeirinha, se o terreno tinha vindo à posse da Câmara e quando.

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, informou que, na sala, estavam presentes três pessoas de apoio aos Vereadores e ao Presidente da Câmara, que tinham sido devidamente autorizadas para o efeito e o Coordenador da Proteção Civil a quem agradeceu a ajuda, bem como os serviços que estavam a trabalhar, referindo como extraordinária a forma como se tinham organizado as reuniões no período de COVID e deixou uma palavra de apreço aos trabalhadores da Câmara Municipal do Barreiro.

O Deputado Francisco Alves, afirmou que a sessão estava animadíssima, mas que dispensava comentar a vida interna de cada Partido. Questionou quais as entidades do Concelho com que se tinham feito protocolos de parceria para a questão dos sem-abrigo, quantos casos tinham sido quantificados e apoiados nesse período. Questionou também a previsão da conclusão da substituição dos leds e o ponto de situação dos postos da EDP que não estavam em condições. Pediu mais informação sobre a formação para trabalhadores, sobre os protocolos universitários e alunos em estágio, sobre o Bairro Alves Redol, sobre a Muleta e Pontão e sobre o PDM. Pediu esclarecimento sobre a medida anunciada pelo Governo para a retirada de amianto em treze escolas do Concelho, nomeadamente prazos, procedimentos, adjudicações e lembrou que havia outros edifícios que também era preciso tratar. Desafiou o Presidente da Câmara para intervir sobre a Braamcamp e, a sua situação em termos jurídicos.

O Deputado Durval Salema, pediu o ponto de situação da construção do Centro de Saúde do Alto do Seixalinho e questionou de quem era a responsabilidade da limpeza dos terrenos da escavadeira, em frente a escola. Questionou se a instalação de um Burguer King perto da Escola Augusto Cabrita e junto ao Hospital do Barreiro, tinha sido uma opção da Câmara, ou se era apenas um licenciamento que cumpria os trâmites legais. Mais questionou se o Município do Barreiro já estava em plena posse da Quinta do Mião e se sim, o que estava previsto em termos de recursos humanos, de obras de melhoramento e de expansão. Agradeceu a melhoria de alguns dados estatísticos, nos documentos, chamou a atenção para a necessidade de se perceber se a Quinta do Mião estava a responder às necessidades do Concelho face aos pedidos de recolha e de ajuda, e registou a ausência de informação sobre as campanhas de esterilização. Sugeriu que aquando das limpezas de terrenos, como a Braamcamp e o Polis, para evitar a existência de microplásticos, fosse feita uma limpeza prévia.

A Deputada Marta Batista, considerou que a pandemia tinha qualificado a atividade do Município no período que estava em apreciação e questionou que apoio tinha sido dado ao Movimento Associativo e IPSS e que medidas de segurança tinham sido tomadas nos TCB, em relação aos trabalhadores e aos utentes. Saudou os vários trabalhos executados em espaços verdes, nomeadamente o da Avenida do Bocage e pretendeu saber que medidas de otimização de recurso, estavam a ser tomadas ao nível do sistema de regas. Saudou também o desempenho dos trabalhadores do setor de Águas e Saneamento, face ao grande número de obras em curso no Concelho e questionou quantos metros de conduta tinham sido substituídos e, se estavam programadas outras obras de relevo para além das decorrentes.

O Deputado José Paleta, deu a conhecer que não acompanhava a opinião do Presidente da Câmara, em relação ao fecho dos mercados, pois os concessionários tinham sido



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

prejudicados. Comentou a corrida desenfreada dos Estados Unidos da América e da Europa na obtenção dos ventiladores e das futuras vacinas. Considerou que no fundamental, o Deputado José Caetano tinha razão para ter protestado pela forma como tinham sido atribuídos os tempos. Acrescentou que a decisão tinha sido tomada com o consenso dos Representantes, onde estava incluída a Deputada Dulce Reis que detinha a confiança da totalidade dos membros do seu Grupo Municipal, mas que o Grupo, ou no caso um camarada poderia discordar, pelo que o sucedido, não deveria ser considerado um incidente. Pretendeu deixar claro que a reunião de Representantes, sendo uma estrutura de apoio ao Presidente da Assembleia Municipal, para a direção dos trabalhos, não tinha legitimidade legal nem regimental, nem poder decisório para que as medidas fossem aplicadas na Assembleia Municipal, a quem competia a última palavra.

A Deputada Antonieta Bodziony, acusou a existência de falta de planeamento na execução e concretização das obras em curso no Concelho, dando como exemplo a Avenida dos Fuzileiros Navais, Rua Afonso de Albuquerque, Praceta Nossa Senhora Madre de Deus, ruas junto ao Tribunal, Rua de Santo António quem vem de Palhais para entrar em Santo André, Rua 15 de Agosto na Vila Chã, Rua António Aleixo, Rua Cidade de Setúbal, Quinta da Areia, Rua José Monteiro Vinhais. Teceu considerações sobre os cortes de água por todo o Concelho, cuja divulgação apenas era feita através das redes sociais.

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, concordou com a afirmação do Deputado José Paleta de que a Conferência de Representantes era um órgão consultivo do Presidente, mas lembrou que, conforme o ponto 6 do artigo 28º do Regimento, as recomendações, na ausência de consenso, e estando representados todos os Grupos Municipais, eram tomadas por maioria, mas que, neste caso, tinha havido consenso. Estendeu a confiança institucional às Deputadas Dulce Reis e Susana Ramalho a quem agradeceu o espírito de ajuda.

O Deputado André Antunes, questionou qual o número registado de casos de violência doméstica e o balanço geral da linha de apoio psicológico. Sugeriu a adoção de modelo de drive-in para adaptação de eventos culturais.

A Vereadora Sara Ferreira, informou que a equipa de rua constituída para apoio aos sem-abrigo tinha feito duas rondas semanais, para prestar os cuidados necessários e apoio, nomeadamente encaminhamento para alternativas habitacionais e centros de acolhimento, acompanhamento para apoio pecuniário junto dos serviços da Segurança Social, para a alimentação e balneários municipais. Confirmou que a gestão da Quinta do Mião se mantinha na mesma e que era expeável que após a dissolução da Associação, passasse a haver capacidade de resposta às necessidades do Concelho. Informou que a linha de acompanhamento psicológico tinha dezassete pessoas em acompanhamento regular e que a solução do drive-in não estava a ser equacionada, devido ao custo muito elevado do arrendamento da estrutura, e que em alternativa, os equipamentos estavam a ser dotados das alterações exigidas pela Direção Geral de Saúde, para se retomar a atividade de espetáculo sala e ao ar livre.

O Vereador Rui Braga, comentou como uma evolução de pensamento, mas apenas teórica a moção apresentada pela CDU na reunião anterior. Referiu que muitas das medidas nela contidas estavam a ser feitas, pelo que estavam juntos nessa luta, mas tinha reparado que, no Plano de Urbanização da Baía do Tejo, não estava a ligação Barreiro/Montijo que tanto defendiam. Acrescentou que em dois anos e meio tinha sido reabilitada toda a frente ribeirinha, descreveu as obras de requalificação do espaço



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

público no Concelho e referiu a renovação da frota dos TCB e da frota da Autarquia, a descida do IMI e o IMI Familiar.

A Deputada Márcia Calafate, esclareceu que o Plano de Urbanização da Quimiparque incluía a Travessia para o Montijo, conforme os registos que tinham ficado nos serviços da Câmara e que eram dois terços do Mandato e não dois anos e meio. Fez observações ao comportamento e à intervenção do Vereador Rui Braga.

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, informou a Deputada Márcia Calafate que o tempo de intervenção iria ser descontado, pois, à luz do disposto no Regimento, não tinha considerado a mesma como um pedido de esclarecimento.

O Presidente da Câmara Municipal, Frederico Rosa, comentou que a medida de retirada de amianto das escolas tomada pelo Governo, era uma boa notícia, pois ficava mais facilitado o processo que a Autarquia tinha encetado no início do Mandato. Acrescentou que havia a expectativa de a Autarquia poder vir a ser a dona da obra de retirada de amianto das escolas que não fossem da sua responsabilidade. Completou a informação dada pela Vereadora Sara Ferreira, em relação à Quinta do Mião, divulgando que estava em curso um concurso de recrutamento para duas pessoas e fez o ponto de situação do acordo de princípio de separação e de acerto de verbas com a Câmara Municipal da Moita. Informou que a ARS já tinha entregue nos Serviços, o projeto de arquitetura da Unidade de Saúde Familiar do Alto do Seixalinho, que estava a ser validado e que dada a premência do equipamento, era sua intenção lançar a obra mesmo antes da candidatura comunitária. Comentou as afirmações feitas em relação às obras em curso no Concelho e aos seus inconvenientes e explicou os motivos dos mesmos. Reconheceu alguma fragilidade na forma de comunicação feita junto dos comerciantes. Comentou igualmente as afirmações feitas pelo Deputado José Caetano, sobre os leds, esclareceu e sugeriu alguma coerência. Fez o ponto de situação dos procedimentos da resolução fundamentada e da Braamcamp. Referiu que a intervenção da Deputada Márcia Calafate tinha sido “um número” e um ataque pessoal, pelo tom “de raiva” com que a tinha feito.

A Deputada Márcia Calafate, pediu esclarecimento se o terreno tinha vindo ou não à posse da Câmara, se tinha havido ou não alteração ao protocolo e quando tinha sido feito. Pediu esclarecimento também se era verdade ou não, que a Juíza do Tribunal de Almada tinha considerado ineficazes os atos e operações praticados em relação à Braamcamp.

O Presidente da Câmara Municipal, Frederico Rosa, respondeu que a Resolução Fundamentada tinha tornado os atos ineficazes, mas não os tinha apagado, e que tinha ficado claro que, para além da competência reconhecida do Presidente, a mesma tinha sido ratificada em Câmara e Assembleia Municipal. Acrescentou que o investimento assustava muito a CDU, que ficava bem na moção, mas na prática tudo fariam para não o levar avante e afirmou a sua confiança no investimento da Braamcamp.

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, com base no estipulado no artigo 54º do Regimento, não concedeu a palavra à Deputada Márcia Calafate para um protesto.

O Deputado Isidro Heitor, considerou como escusada a intervenção inicial do Deputado José Caetano e agradeceu ao Deputado José Paleta a honestidade da sua intervenção. Comentou a intervenção da Deputada Márcia Calafate como “um número” de que não tinha gostado por ser irreal. Teceu considerações sobre as Informações Escritas e questionou o ponto de situação da Startup Barreiro, do concurso público da Esquadra da PSP, do processo de repavimentações, do parque de viaturas abandonadas, das obras



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de beneficiação da entrada da Mata da Machada, da reabilitação do Jardim dos Franceses e da conclusão das obras do Polis da Verderena e da frente do rio Coia/Tejo. Valorizou as intervenções feitas no parque escolar, as obras em andamento no Concelho e a coragem de as fazer, pois podiam estar a causar transtorno aos cidadãos, mas contribuíam significativamente para a melhoria da qualidade de vida e da sustentabilidade ambiental do Concelho. Manifestou preocupação pelo elevado valor das dívidas em água. Congratulou-se com o facto de pela primeira vez, terem sido determinadas as situações de afluências indevidas e os subsistemas domésticos com afluências indevidas nas redes. Aconselhou equilíbrio e ponderação na situação económica e financeira do Município, pela expectável redução de transferências do Orçamento Geral do Estado.

O Deputado Vítor Castro Nunes, comentou que a Assembleia estava a decorrer de forma excessivamente tensa, mas estava convicto de que com a ajuda de todos, tal não iria acontecer sistematicamente até às eleições autárquicas e que os Deputados Municipais iriam estar atentos aos problemas dos barreirenses e a arranjar soluções. Referiu preocupação pelo valor avultado das dívidas de águas. Pediu melhor informação sobre: o aumento de tarifário do escalão mais baixo, para dois mil e vinte; início do controle de encargos com a Amarsul e a Simarsul; a candidatura indeferida por lapso; o apoio pelo serviço público prestado pelos TCB por parte do Estado; o incumprimento do trajeto completo da carreira três para a Cidade Sol. ao fim da noite. Manifestou preocupação pela situação financeira do Município em termos futuros e em função da situação de emergência COVID e questionou como iriam ser afetadas as verbas ora para apoio social, ora para obras, perante uma eventual escassez de meios. Deu como exemplo a hipotética suspensão da obra do Armazém de Víveres. Em nome do PSD sugeriu que em relação à Braamcamp fosse feita uma análise aprofundada sobre o procedimento e eventual lançamento de um segundo concurso. Relativamente a infraestruturas, recordou o documento apresentado pela CDU no âmbito do PAOD, que merecia em grande medida a sua concordância, e pediu informações sobre a ação da Câmara no referente à ponte Barreiro/Seixal e à estação de tratamento de bivalves, prometidos pelo Governo. Pediu, ainda, informações sobre as instalações dos Reguilas na Cidade Sol; a questão sanitária da casa branca e da casa amarela na Cidade Sol; intervenção policial para retirada de alguns moradores, no Largo do Moinho Pequeno; ilha do Parque Catarina Eufémia. Registou que faltava um número na estimativa de custos da Câmara, em material de proteção individual. Questionou qual a projeção para os próximos meses, em gastos com apoio alimentar e, se se estava a aprovisionar algum valor para acorrer a essas necessidades. Saudou o surgimento da ciclovia da Vila Chã e a recuperação do Polidesportivo e o relvado do campo do Santoantoniense e perguntou se seria possível na Cidade Sol localizar um novo polidesportivo.

O Deputado José Paleta, disse ao Presidente da Câmara e ao Vereador Rui Braga, para não terem complexos com a CDU, pois sempre tinham ajudado e iriam continuar a ajudar o Concelho. Comentou a intervenção feita pelo Vereador Rui Braga sobre o documento da CDU, afirmou que o PS não tem estratégia para o Barreiro pois precisa das ideias da CDU, e questionou quantos postos de trabalho tinham sido criados e quantas empresas tinham vindo para o Barreiro, no atual mandato. Manifestou em nome da CDU a convicção de que o emprego, o desenvolvimento económico e a economia dependiam fundamentalmente das políticas governamentais e que o Concelho tinha sido arruinado pelos governos do PS, do PSD e do CDS. Sugeriu um pedido de desculpas por parte do Presidente da Câmara à Deputada Márcia Calafate, por ter usado o termo “raiva” quando se referiu à sua intervenção e acrescentou que não tinha respondido às questões por ela colocadas.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Deputado Francisco Alves, pediu informação sobre, os números de violência doméstica, para quando se previam medidas de controle das afluências indevidas e qual a repercussão da circulação a noventa por cento para os TCB.

O Vereador Rui Braga, respondeu ao Deputado José Paleta que tinham sido criados no Concelho vinte e seis postos de trabalho, fruto do Regulamento de Incentivo ao Investimento e à Criação de Postos de Trabalho. Respondeu ao Deputado Vítor Castro Nunes que não tinha percebido a questão sobre um novo procedimento para a Braamcamp, pois a decisão sobre a resolução fundamentada não incidia sobre a apreciação do procedimento, que mantinham a convicção de estar bem fundamentado e iriam aguardar a decisão, em relação à providência cautelar.

O Vice-Presidente da Câmara Municipal, João Pintassilgo, prestou informação sobre a situação das afluências indevidas e do controle de encargos com a Simarsul e a Amarsul, referenciando a questão como uma das frentes de trabalho do setor de águas e saneamento para o ano seguinte. Explicou que a opção da carreira três da Cidade Sol tinha a ver com a procura que os TCB tinham àquela hora. Deu a conhecer a repercussão de a circulação dos TCB ter diminuído para noventa por cento, num contexto de redução da procura, mantendo-se simultaneamente a obrigatoriedade de garantir o transporte essencial para as necessidades de mobilidade, e a rigorosa gestão financeira que estava a ser efetuada. Explicou que os cortes de água não eram arbitrários e que resultavam de roturas existentes, sendo que muitas das obras em curso que tinham sido criticadas iam no sentido de diminuir a frequência dessas situações. Nos espaços verdes, registou a inovação da telegestão no Jardim da Verderena e o facto de estar em curso com a Simarsul um processo de tratamento de águas residuais. Informou ainda que, nas obras que se encontravam programadas, a aposta iria recair no combate às afluências indevidas e na retoma da obra do Lavradio que tinha sido suspensa, pelo momento que se estava a viver. Forneceu dados sobre a instalação de novas redes de águas residuais domésticas e de novas condutas de águas pluviais e sobre a reabilitação do abastecimento de água e da drenagem de águas residuais domésticas. Referiu a existência de sete estágios profissionais, suspensos devido à pandemia, que iriam ser retomados.

O Presidente da Câmara Municipal, Frederico Rosa, informou que a perceção sobre as situações de violência doméstica ia no sentido de que estavam em média com o registado no ano anterior. Em maio, existiam vinte e sete casos, mas poderia registar-se um aumento. Respondeu ao Deputado Vítor Castro Nunes, dizendo que tinha percebido a preocupação quanto às questões financeiras, no entanto o Armazém de Víveres não era um bom exemplo, pois o valor da obra era financiado a cem por cento pelo IFRRU e não poderia ser alocado para fins diversos, e assumiu como ponto de honra, não fazer cortes na cultura, no desporto, no associativismo e na educação, como tinha sido feito, aquando da crise passada. Informou que o equipamento dos Reguilas estava em contrato de comodato com a Rumo e que a configuração da Ilha do Parque iria ser maior e reformulada, para possibilitar casa de banho no estabelecimento, prevendo-se o início da obra no ano em curso. Respondeu ao Deputado José Paleta que era preciso conhecer a panóplia de significados da palavra “raiva” e que o que sentia, quando a sua colega de bancada ia falar, era um grande sentimento de aversão. Acrescentou que o seu sorriso provinha da grande confiança de ter rompido com a estagnação do Concelho, que estava disposto a seguir um caminho totalmente diferente do da CDU, com a certeza de que o Barreiro sairia do marasmo em que se encontrava, não mais voltando atrás.

O Deputado José Paleta, protestou pelo facto de ter verificado um tratamento diferenciado no tempo de intervenção do Presidente da Câmara, que utilizou mais três



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

minutos e reiterou o que tinha sido dito pelo Deputado José Caetano, em relação aos tempos.

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, respondeu que todos os Grupos Municipais, à exceção do PAN, tinham tido tolerância nos tempos de intervenção. Confirmou que, na intervenção do Presidente da Câmara, se tinham registado mais dois minutos, cedidos pelo PS e pelo MCI, o que lhe parecia justo, atendendo à quantidade de questões que lhe tinham sido colocadas. Verberou que se tinha perdido muito tempo com o uso de figuras regimentais e afins, apenas na discussão de um ponto.

A Deputada Ana Santos, procedeu à leitura da Ata em Minuta que foi, **aprovada por unanimidade, anexo XVII.**

Os trabalhos foram interrompidos às zero horas e treze minutos do dia vinte e seis de junho de dois mil e vinte.

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal do Barreiro iniciada em vinte e três de junho, com continuação em vinte e cinco e vinte e nove de junho de dois mil e vinte

Aos vinte e nove dias do mês de junho de dois mil e vinte, no Pavilhão Desportivo do Luso Futebol Clube, sito na Av. Henrique Galvão 26, 2830-308 Barreiro, teve continuação, pelas vinte e uma horas a Sessão Ordinária da Assembleia Municipal do Barreiro. Na Mesa, o Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, foi secretariado por Ana Santos e André Antunes.

A Câmara Municipal esteve representada pelo Presidente da Câmara, Frederico Rosa, João Pintassilgo, Sara Ferreira, Rui Braga, Sofia Martins, Pedro Estrela, Alexandra Silvestre, Rui Lopo, José Paulo Rodrigues.

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, informou os pedidos de suspensão e de substituição, conforme Declarações de Presenças, **anexo XVIII.**

Assembleia Municipal - Pedidos de suspensão
Carlos Humberto, substituído por Antonieta Fortunato
Assembleia Municipal - Pedidos de substituição
Paulo de Deus substituído por Macário Dias
Rosalina Carmona substituída por Márcia Calafate
Alexandre Teixeira substituído por Sílvia Baião
Ana Teresa Xavier substituída por Patrícia Ferreira
Rogério da Ponte substituído por Sílvia Ratão
Rui Faria substituído por Rui de Carvalho
Carla Aguiar substituída por Maria Teresa Guerreiro
André Santos substituído por Joaquim Sousa Marques
David Rodrigues substituído por Nuno Soares
Câmara Municipal - Pedidos de substituição
Bruno Vitorino substituído por José Paulo Rodrigues
Paulo André substituído por Alexandra Silvestre



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sónia Lobo substituída por Pedro Estrela

Submeteu à aprovação do Plenário a Ata N.º 01/2020, de 27 e 28 de fevereiro e 3 de março, que foi:

Aprovada com votos a favor do PS(14), CDU(10), BE(2), PAN(1), MCI(1) e abstenção do PSD(3) – Deliberação N.º 43/2020.

Igualmente, submeteu à aprovação a Ata N.º 02/2020 de sete de maio, que foi:

Aprovada com votos a favor do PS(14), BE(2), PAN(1), MCI(1), votos contra da CDU(10) e abstenção do PSD(3) – Deliberação N.º 44/2020.

A Deputada Dulce Reis, declarou o sentido de voto da Bancada da CDU às Atas N.º 01/2020 e N.º 02/2020, procedendo à leitura da declaração de voto que se encontra inserta na presente Ata como, **anexo XIX**, e acrescentou: “para além de que algumas amputações cirúrgicas efetuadas na intervenção, nomeadamente do Sr. Presidente, acabam por tirar sentido, quer à resposta que estava a dar uma Deputada desta Casa, quer ao próprio contexto em si, daí a nossa posição de votar contra a Ata N.º 2”.

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, “o entendimento da Mesa é que a Ata reflete sem sombra de dúvidas o que se passou na Reunião e acrescentamos, para efeitos jurídicos, e para memória futura, no caso desta minha declaração poder vir a ter alguma avaliação jurídica, que o Presidente da Assembleia assume total responsabilidade pelo conteúdo das Atas e refuta que possa haver interpretações criativas, porque tem o privilégio de acompanhar o trabalho da funcionária Filomena Neves, acompanha a metodologia e desconhece qualquer tipo de criatividade na interpretação que é feita. Reconhecemos sim, como já foi dito na última Reunião, que existe um carácter subjetivo nas Atas que vai sempre ocorrer e tentamos que esse carácter subjetivo seja o mínimo possível, sabemos que é impossível ser zero, portanto tomamos boa nota da declaração de voto e fica também este registo”, disse.

3.2 APRECIACÃO DAS INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS ATOS PRATICADOS AO ABRIGO DA LEI N.º 6/2020, DE 10 DE ABRIL, QUE ESTABELECE UM REGIME EXCECIONAL DE RESPOSTA DAS AUTARQUIAS LOCAIS NO ÂMBITO DA PANDEMIA DA DOENÇA COVID-19, anexo XX.

O Presidente da Câmara Municipal, Frederico Rosa, deu a conhecer os atos de carácter extraordinário desenvolvidos no âmbito da pandemia da doença COVID-19: - acionamento do plano de constituição funcional da Comissão Municipal de Proteção Civil e tomada de primeiras medidas; financiamento para a constituição de duas equipas, equiparadas a equipas de intervenção permanente nas duas Corporações de Bombeiros; aquisição de EPI's de primeira instância, ao nível da Autarquia e todas as entidades que estavam a prestar o seu auxílio no Barreiro, tendo sido fundamental ativar atempadamente o Plano e a preparação da logística; pois já havia comprometimento na aquisição, quando começou a falência de stock disponível em Portugal. Destacou também a realização de cerca de oitocentos e cinquenta testes, entre os serviços essenciais da Autarquia e várias entidades que tinha permitido fazer um balanço após o primeiro mês de atividade.

O Deputado Durval Salema, agradeceu a informação e o trabalho desenvolvido, num período difícil e inesperado. Questionou que o Câmara Municipal tinha considerado em relação à recomendação sobre a realização de testes em drive-thru, que tinha apresentado em março e se havia algum local onde a população em geral, pudesse ir realizar os testes. Mais questionou o ponto de situação do processo de distribuição de



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

máscaras pela população e qual era a perspetiva em relação ao teletrabalho em termos futuros, mesmo num cenário pós COVID.

A Deputada Antonieta Bodziony, procedeu à leitura do documento, inserto na Ata como, anexo XXI.

A Deputada Ana Santos, considerou que era lamentável a tentativa de aproveitamento político de uma situação tão delicada e que tanto sofrimento tinha causado e que iria ser difícil de superar. Perguntou de que forma o executivo avaliava o trabalho dos funcionários e dos diversos serviços da Autarquia, num período tão delicado e, em relação aos TCB, qual a oferta de serviço adotada durante o período de emergência, qual a oferta de serviço em vigor e de que valor tinha sido a quebra de receitas.

O Deputado José Paleta, comentou o artigo publicado no Boletim Municipal da Câmara sobre a aprovação do vencedor do concurso da Quinta do Braamcamp, quando existia informação de que o Tribunal tinha decidido como nulos, todos os atos praticados em relação a esse processo e questionou se a Câmara tinha decidido não acatar a ordem do mesmo. Referiu-se de forma negativa ao facto de a Primeira Secretária da Assembleia ter lamentado que os discursos que tinham falado dos maus tratos à população e aos comerciantes e a não resolução dos principais problemas em tempo de COVID fossem políticos, quando o Boletim Municipal continha propaganda e promoção de pessoas, com vista às próximas eleições.

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, enunciou as matérias que, ao abrigo do n.º 2 do artigo 7.º B, da Lei Nº 06/2020 de 10 de abril, estavam contempladas no ponto em apreciação.

O Deputado Francisco Alves, considerou que mais importante do que tinha sido feito, era o futuro preocupante na Área Metropolitana de Lisboa, com os problemas acrescidos do combate ao COVID. Deu a opinião de que no Barreiro, Concelho envelhecido e débil em capacidade económica e financeira, as questões prioritárias deveriam ser o apoio social, o emprego e a melhoria dos serviços públicos. Afirmou que a compensação financeira aos Bombeiros, para além de resposta municipal, deveria ser também nacional, o mesmo em relação aos TCB. Referiu que o Bloco de Esquerda tinha sugerido, através de carta enviada em vinte e quatro de março, para a Câmara Municipal e Assembleia Municipal, um conjunto de medidas, que algumas já tinham sido contempladas e manifestou disponibilidade para continuar a ajudar.

O Deputado Ricardo Teixeira, procedeu à leitura do documento, inserto na Ata como, anexo XXII.

A Deputada Dulce Reis, enunciou e comentou como contraditórias ao que o documento mencionava, questões relacionadas com queixas por parte da população, nomeadamente em relação ao aumento brutal da faturação de água, na recolha de resíduos e lavagem de contentores e problemas de excesso de lotação nas horas de ponta, nos TCB e na Soflusa. Referiu que os Partidos integrados na CDU tinham estado a propor para o Orçamento de Estado, uma compensação a cem por cento, para as perdas decorrentes da necessidade de reduzir a lotação dos equipamentos de transporte. Mais referiu que, algumas coletividades e associações do movimento associativo, tinham feito chegar queixa de não terem recebido os apoios que lhes eram destinados.

A Presidente da Junta da União de Freguesias de Barreiro e Lavradio, Gabriela Soares, considerou como inaceitáveis algumas afirmações que tinham sido proferidas, e



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

falou na qualidade de Presidente da União de Freguesias de Barreiro e Lavradio, consciente de que os restantes Presidentes de Uniões de Freguesia e de Freguesia, se iriam rever na sua intenção de desmentir o que tinha sido dito e repor a verdade dos factos. Deu a conhecer as medidas que desde 16 de março tinham sido tomadas em conjunto com a Câmara Municipal: - a constituição de equipas de intervenção social e de uma linha telefónica para fazer face às inúmeras solicitações de pessoas em situação de confinamento; a criação de equipas em espelho, de cinquenta por cento de trabalhadores, para segurança dos mesmos, tendo sido privilegiada a limpeza e a varrição das ruas em detrimento dos jardins; a aquisição de equipamentos de proteção individual aos trabalhadores; o apoio social diário no período de emergência e no período após, em articulação com colegas do Executivo Municipal; a distribuição semanal de cabazes a setenta e uma famílias, num universo de duzentas pessoas; o apoio adicional de oito mil euros ao movimento associativo, para além do normal apoio pecuniário anual; aquisição de material de proteção e segurança dos trabalhadores no valor de quatrocentos mil euros, para além da aquisição de acrílicos para garantir melhor segurança e higiene no atendimento que foi feito à porta fechada e através de marcação.

O Deputado Francisco Alves, pediu esclarecimento à Presidente da União de Freguesias de Barreiro e Lavradio, sobre o que tinha dito de não verdade, na intervenção que tinha feito.

A Presidente da Junta da União de Freguesias de Barreiro e Lavradio, Gabriela Soares, respondeu que não tinha pessoalizado nenhuma intervenção, apenas tinha sentido necessidade de esclarecer algumas inverdades proferidas pela Bancada da CDU, nomeadamente em relação à ausência de proteção e de diálogo com os trabalhadores, ao trabalho social aquém do necessário e às medidas insuficientes para colmatar as debilidades financeiras do movimento associativo.

A Deputada Sílvia Ratão, em nome do Grupo Municipal do PSD manifestou preocupação pelos comportamentos observados na via pública, e o aumento do número de casos COVID-19 no Barreiro e sugeriu uma fiscalização mais apertada, dentro das suas competências, entre a Câmara Municipal, a Proteção Civil e as forças de segurança. Reconheceu que estavam a ser feitos esforços no apoio social e referiu que a proposta de aquisição da máquina de fazer máscaras, apresentada pelo Vereador Bruni Vitorino, deveria ter sido aceite, eventualmente através de parceria com outros municípios.

O Deputado José Caetano, questionou a consequência do confinamento nos TCB em termos financeiros e lembrou que o PCP e Os Verdes tinham apresentado na Assembleia da República, uma proposta de aumento de cem por cento, para todos os transportes nacionais, a incluir no Orçamento Retificativo, para fazer face à quebra de receitas motivada pelo COVID. Comentou que durante o período de emergência tinha participado em videoconferências, em que três Vereadores de diferentes áreas, tinham dito: “não estávamos preparados para esta situação, vamos agir em função dos acontecimentos e não sabemos o que vai acontecer”, e que a intervenção feita pelo Presidente da Câmara se tinha focado apenas no passado, nada tendo referido sobre os milhares de milhões de euros que a União Europeia se preparava para disponibilizar, para a retoma financeira e o desagravo social. Pretendeu que ficasse registado que a CDU tinha apresentado numa reunião anterior, uma proposta com medidas concretas, para ser considerada pela Administração Central, no âmbito dos investimentos para minimizar os efeitos da pandemia e o PS tinha votado contra.

O Deputado Vítor Castro Nunes, em nome do Grupo Municipal do PSD agradeceu e elogiou o sacrifício feito pelos Barreirenses e, aos profissionais de saúde, de segurança,



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de proteção civil, aos trabalhadores, aos pequenos e médios empresários, aos proprietários de estabelecimentos comerciais, aos desempregados e às pessoas em lay off, manifestou solidariedade e apelou à determinação e resiliência. Lamentou que nas Informações Escritas estivesse um autoelogio do Presidente da Câmara, bem como a referência à suposta eficácia dos resultados obtidos, dos meios e das soluções ditas únicas. Declarou considerar não ser aceitável dizer-se que esta não era uma matéria política para debater na Assembleia Municipal. Agradeceu o esforço da Câmara por não ter dado os maus exemplos sistemáticos do Governo PS, que tinham, na sua ótica, conduzido ao agravamento da situação da Área Metropolitana de Lisboa. Sugeriu em termos futuros duas linhas fundamentais de atuação: - exigir o apoio do Governo aos Municípios e, nas opções municipais, ponderar as medidas de apoio social, versus obras. Defendeu, ainda, - o recurso mais amplo a empresas e agentes económicos locais nas aquisições da Câmara e o rigor na fiscalização da fase de desconfinamento.

O Vice-Presidente da Câmara Municipal, João Pintassilgo, explicou as medidas que tinham sido tomadas para minimizar o impacto do período pandémico na faturação das águas e corrigiu o que, no seu entender, não correspondia à realidade. Igualmente, explicou que os contentores e os seus impasses continuavam a ser lavados e que, para além do aumento de volume de lixo, as dificuldades nesta área se deviam ao facto da existência de equipas em espelho e de vinte e nove vírgula quatro por cento dos motoristas da Divisão de Higiene Urbana se encontrarem em confinamento, por serem considerados grupos de risco. Afirmou que sempre tinha privilegiado o diálogo com os Sindicatos que lhe traziam informações, pelo que o panorama apresentado não era real e referiu as opções que tinham sido tomadas quanto ao material de proteção distribuído pelas várias áreas, acrescentando que estava de consciência tranquila quanto às condições sanitárias dos trabalhadores. Informou que o levantamento feito nos TCB apontava para uma perda de receitas no valor de novecentos mil euros e referiu a deliberação tomada em Conselho Metropolitano, para, junto do Governo, pedir a inclusão no Orçamento Suplementar de verbas compensatórias para todos os Municípios da Área Metropolitana. Considerou que, apesar de concordar com o teletrabalho, a tese de uma eventual continuidade era ainda muito teórica, dadas as várias condicionantes que se têm revelado.

O Presidente da Câmara Municipal, Frederico Rosa, respondeu que a Autarquia não era a única fornecedora de resposta para a realização de testes, a opção de drive-thru para toda a população não tinha sido considerada, lamentavelmente, por questões orçamentais. Considerou prematuro fazer alguma projeção sobre o teletrabalho, mas assegurou que a Autarquia se encontrava muito melhor preparada para lhe fazer face, em virtude do investimento que tinha sido feito na desmaterialização de processos e procedimentos e na digitalização. Rebateu a presença de um autoelogio nas Informações Escritas, acrescentou que era fundamental trabalhar com os agentes económicos do Barreiro, mas que o código de contratação pública, muitas vezes não permitia afunilar as matérias nesse sentido, e, que a Câmara estava a agilizar e diminuir tempos médios de pagamento a fornecedores, investindo para fomentar riqueza e trabalho. Referiu não ter ficado surpreso com as falsidades ditas pela CDU, com a politização do combate à pandemia e os ataques pessoais, por aquilo que tinha observado nas redes sociais. O Boletim Municipal tinha sido distribuído no dia dois de junho, muito antes da decisão do Tribunal, pelo que aconselhou o Deputado José Paleta a ir mais vezes à caixa do correio, na eventualidade da existência de alguma fatura de água. Manifestou orgulho no investimento que tinha sido feito no apoio aos Bombeiros e no Serviço Municipal de Proteção Civil. Contrariamente ao que a CDU tinha feito na anterior crise, não tinha havido cortes, mas sim o reforço de verbas na educação, no movimento associativo, na cultura e na educação. Declinou que os mercados tivessem sido fechados atabalhoadamente,



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

pois as decisões em relação a estes, bem como à Mata da Machada e parques, tinham sido tomadas com base em informações no terreno, debatidas e consensualizadas em Comissão Municipal de Proteção Civil, o mesmo tendo acontecido com as reaberturas feitas com base na legislação e condições de segurança. Respondeu ao Deputado José Caetano que gostava muito de saber como iria sair da pandemia, mas não sabia, mas comprometia-se a ir fazendo face à questão, com a organização entre as diversas entidades, com a articulação de serviços e com a capacidade de investimento da Câmara Municipal do Barreiro. Referiu ter tido alguma dificuldade em acreditar que tinha visto o Deputado José Caetano num anúncio à realização da Festa do Avante em setembro, e que os cuidados se deveriam estender para além dos locais de trabalho e dos transportes, à não realização de festas. Acrescentou que a pandemia iria continuar, que o Barreiro não estava livre de um surto e que era preciso continuar com capacidade de enfrentar e dar apoio a quem necessitasse, consciente de que não seria possível responder a todas as situações, mas não estava disposto a fazer cortes:

O Deputado José Paleta, afirmou que não tinha nenhuma aversão enquanto pessoa, ao Presidente da Câmara e que se via obrigado a uma defesa da honra, para exigir que os serviços da Câmara Municipal dissessem se havia alguma fatura de água por pagar. Acrescentou que todos os dias ia à caixa do correio e que o Boletim no seu prédio, tinha sido distribuído nesse mesmo dia e apontou-lhe falta de modéstia por não ter dado o benefício de dúvida em relação à distribuição do mesmo.

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, esclareceu o Deputado José Paleta de que, ao abrigo do n.º 3 do artigo n.º 53 do Regimento, iria dar a palavra ao Presidente da Câmara.

O Presidente da Câmara Municipal, Frederico Rosa, reconfirmou que a distribuição do Boletim Municipal tinha sido feita entre doze e dezasseis de junho e terminou afirmando que não era uma questão de aversão, mas que estaria ali, sempre que discordasse das palavras e da postura da CDU.

O Deputado José Caetano, afirmou que as suas palavras tinham sido deturpadas, pois ao questionar a forma de saída da pandemia, estava a referir-se a propostas e projetos do Barreiro para a superar. Lamentou que o Presidente da Câmara e alguns Deputados estivessem a utilizar uma linguagem populista, para impedir a discussão séria dos problemas, de forma inconsciente saudosos da situação de antes do 25 de Abril, por quererem esconder as ideias de defesa dos interesses dos trabalhadores. Acusou a Câmara de não ter respondido às questões concretas que tinham sido colocadas, nomeadamente a redução de verbas dos TCB e questionou quantos projetos de urbanização e processos de licenças de construção, não tinham sido respondidos em tempo, em consequência do COVID.

O Vice-Presidente da Câmara Municipal, João Pintassilgo, em defesa da honra, disse ao Deputado José Caetano que devia estar distraído, pois tinha dito que, de março a maio, os TCB tinham perdido novecentos mil euros de receita e que os números que tinha referido a nível metropolitano eram os disponibilizados pelo secretariado da Área Metropolitana.

O Deputado José Caetano prescindiu do direito de intervenção.

O Vereador Rui Braga, afirmou que nenhum processo de urbanismo tinha ficado por responder e que, em termos de burocracia e de lentidão de resposta, a Câmara Municipal do Barreiro, tinha dado um salto qualitativo muito grande, fruto da digitalização e



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

desmaterialização. Comentou a intervenção acalorada do Deputado José Caetano sobre a Festa do Avante, opinando que a mesma era uma ideia ridícula atendendo ao contexto.

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, chamou a atenção de que se estavam a desviar do ponto em discussão.

O Deputado Isidro Heitor, comentou ter ficado surpreendido com algumas posições e afirmações relativas às medidas adotadas pelo Município, nomeadamente a afirmação de que a única medida concreta apresentada tinha sido da CDU. Aconselhou cuidado e seriedade no debate, o PCP era respeitado pela sua história e pelas suas lutas, mas já entrava no ridículo a ideia de se afirmarem como os únicos democratas e os únicos a ter combatido o fascismo e o regime anterior. Declinou a afirmação de existência de propaganda política no Boletim Municipal, que considerou em conformidade com os de mandatos anteriores, quer o do Presidente Emídio Xavier, quer os dos mandatos da CDU, ao divulgar as atividades da Câmara. No seu entender e no do PS, a Câmara Municipal do Barreiro tinha mostrado capacidade de agir de forma rápida, decisiva e abrangente, antecipando-se em várias matérias, nomeadamente nas medidas de segurança dos seus trabalhadores e que, antevendo-se uma recuperação longa, difícil e dolorosa para os cidadãos e classes sociais mais vulneráveis, deveria continuar nesse caminho, apesar das críticas, a bem do Barreiro e dos barreirenses.

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, deu a conhecer que o Presidente da Câmara estava inscrito, mas tinha prescindido do direito ao uso da palavra.

O Deputado José Paleta, disse que tinha comentado o Boletim Municipal, pelo facto de nele apenas se anunciar o vencedor do concurso da Quinta do Braamcamp e nada referir sobre a decisão do Tribunal. Corrigiu as afirmações feitas pelo Presidente da Câmara em relação ao anúncio da Festa do Avante, cuja realização só aconteceria desde que houvesse condições de segurança e nunca iria pôr em causa, a saúde dos portugueses

O Deputado Vítor Castro Nunes, afirmou estar convicto que a CDU iria ter sentido de responsabilidade e que a Festa do Avante só se realizaria se houvesse condições de segurança. Comentou que da parte da Câmara nem tudo tinha sido mal feito, nem tudo bem feito, que estavam todos ali para sugerir medidas e tentar contribuir, que deveria haver humildade e capacidade de ouvir os outros, no sentido de encontrar a melhor saída para a crise sanitária e económica.

O Deputado André Antunes, referiu que ao longo do debate se tinham ouvido coisas que não tinham nada a ver com o que deveria ser a preocupação principal, as pessoas, para muitas estava a ser um processo muito duro quer a nível social, quer a nível psicológico e chamou a atenção para o que considerou muito importante, os casos de violência doméstica e o reforço das linhas de apoio psicológico.

O Presidente da Câmara Municipal, Frederico Rosa, aconselhou o Deputado José Caetano a ler as Informações Escritas, para conhecer as medidas que a Autarquia tinha tomado na parte social, na cultura, na educação, nas isenções, nos investimentos. Manifestou acordo com o facto de serem um órgão político e daí a importância dos sinais que se tinham dado à população do Barreiro e aos jovens relativamente à não realização das Festas do Barreiro. Na sua opinião, mesmo sem a certeza da realização da Festa do Avante, o sinal que estavam a dar era contrário àquilo que se pedia a toda a população.

O Deputado José Caetano, em defesa da honra respondeu que lia e interpretava minimamente os documentos que lhe eram enviados, e naturalmente, tinha opinião



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

própria sobre as informações dadas e as opções tomadas com todo o direito e legitimidade de cidadão barreirense e também obrigação perante aqueles que nele tinham votado. Lamentou que tinha sido o Presidente da Câmara a trazer à Assembleia, a questão da Festa do Avante.

O Presidente da Câmara Municipal, Frederico Rosa, respondeu ao Deputado José Caetano que, apesar de ter sido acusado de nada ter dito sobre o que a Câmara tinha feito durante o período em discussão, as Informações Escritas tinham várias páginas sobre o assunto, nomeadamente sobre o ponto em apreciação... (foi interrompido).

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, pediu ao Deputado José Caetano para não interromper a intervenção do Presidente da Câmara.

O Presidente da Câmara Municipal, Frederico Rosa, face à interrupção anterior, prescindiu de continuar a sua intervenção.

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, anunciou que os trabalhos iriam continuar com a apreciação conjunta dos pontos 3.3 e 3.5.

O Deputado Francisco Alves, interpelou a Mesa porque devido ao adiantado da hora não fazer sentido continuar com a discussão de dois pontos e poderiam aproveitar para discutir como se iria gerir a discussão dos restantes pontos.

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, respondeu que não fazia a menor ideia de como iriam prosseguir os trabalhos, dada a quantidade de pontos ainda sem discussão e o número de horas previsíveis para tal. Afirmou que não se podia pedir a suspensão dos trabalhos, sugerindo a sua continuação até às vinte e quatro horas, altura em que iria pedir autorização ao colégio, e perguntou se havia algum ponto que estivessem preparados para discutir.

O Deputado Francisco Alves, afirmou que não tinha pedido para interromper os trabalhos e sugeriu a apreciação dos pontos 3.6 e 3.7.

A Deputada Dulce Reis, interpelou a Mesa para propor apreciação os pontos 3.3 e 3.5.

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, considerou equilibrada a proposta da CDU que ia ao encontro do alinhamento que tinha sido combinado previamente em Conferência de Representantes.

O Vice-Presidente da Câmara Municipal, João Pintassilgo, fez o historial do enquadramento legislativo que a matéria tinha tido ao longo dos tempos e da importância do Novo Regulamento Orgânico dos SMTCB, nomeadamente na definição de valências e objetivos, na expansão do serviço a concelhos limítrofes e na ambição de ser um operador de referência na Margem Sul do Tejo. Considerou que a nova estrutura era simples, mas dotada de novas e renovadas valências, onde se encontravam já concessões para novas valências, em aberto para futuras necessidades, e acrescentou que a mudança orgânica impunha legalmente a aprovação de um novo mapa de pessoal, descrevendo as alterações que daí advinham.

O Deputado Durval Salema, referiu que na sua análise aos relatórios dos TCB e dos bons resultados conseguidos, a atual estrutura não estaria desfasada e face a isto questionou o porquê da necessidade de oito ou nove chefias. Apontou alguma confusão no organograma.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Deputado Francisco Alves, manifestou dúvidas em relação ao Regulamento e mais ainda em relação ao Mapa de Pessoal, que deveria ter vindo acompanhado de um mapa comparativo da posição anterior, pois facilitaria a decisão dos Deputados Municipais. Pediu melhor explicação sobre o aumento do número de trabalhadores e qual o peso que a nova proposta de estrutura teria no orçamento. Quanto ao Mapa de Pessoal afirmou que, enquanto houvesse precariedade assumida no Quadro de Pessoal dos Transportes Coletivos, o Bloco de Esquerda votaria contra.

O Deputado José Caetano, considerou que o Regulamento poderia ter ido mais longe, porque era uma prática existente há mais de quinze anos nos TCB, a única novidade era a formalização de uma estrutura relacionada com a qualidade do serviço prestado a população, atividade que já existia, embora sem serviço com esse objetivo e que por isso estava desfasado no tempo, não respondia às necessidades do Concelho, nem às necessidades estratégicas da Península de Setúbal, não refletia as potencialidades e possibilidades de gestão integrada que os Municípios da Área Metropolitana de Transportes Coletivos permitiam, pelo que o sentido de voto da CDU iria estar condicionado à apreciação feita.

O Deputado Vítor Castro Nunes, questionou se a aposta da criação de dez postos de trabalho por tempo indeterminado, na maioria em cargos de direção, apontava para uma maior profissionalização dos TCB. Mais questionou se era a resposta à questão que o PSD já antes tinha colocado, quanto ao desafio de os TCB virem a ser um operador de referência no Distrito de Setúbal e se as medidas eram as suficientes. Manifestou preocupação pelos encargos adicionais resultantes do preenchimento dos postos de trabalho, face ao decréscimo de receitas e uma eventual menos boa situação financeira nos TCB, na sequência da pandemia.

O Vice-Presidente da Câmara Municipal, João Pintassilgo, explicou mais pormenorizadamente a estrutura existente e as alterações propostas, bem como o impacto nas situações profissionais já existentes, prevendo-se um aumento na ordem dos duzentos mil euros. Refutou as afirmações do Deputado José Caetano quanto à ausência de resposta às necessidades do Concelho e falta de expectativa de expansão dos TCB, fazendo uma antevisão do que seria exetável nos próximos anos e uma retrospectiva do trabalho que vinha a ser feito. Para que não houvesse dúvidas sobre a eficiência e eficácia dos TCB, terminou dando a conhecer que, em dois mil e dezanove, a situação financeira, sem considerar compensações várias, cobria cerca de noventa por cento das despesas, situação que seria melhor explicada na reunião do dia seguinte. Admitiu a eventualidade de que viesse a ser necessário que a Câmara Municipal avançasse com algum apoio financeiro aos TCB, mas que essa situação não estava prevista até ao final do ano. Afirmou a necessidade de garantir a estabilidade financeira, pois a dimensão social estava claramente garantida, assim como a ambiental que importava continuar a aprofundar.

O Deputado José Caetano, afirmou que a intervenção do Vice-Presidente tinha confirmado que a proposta era a reposição de uma situação pré troika, à qual se tinha juntado o novo serviço de qualidade. Na sua perspetiva a estrutura deveria ser mais fortalecida e musculada para dar resposta na expansão aos três concelhos vizinhos e na área do turismo.

O Vice-Presidente da Câmara Municipal, João Pintassilgo, respondeu ao Deputado José Caetano que também gostariam de ser mais ambiciosos, mas não podiam fazer promessas impossíveis de cumprir a curto e médio prazo. Reiterou a explicação já dada



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

em relação às alterações da estrutura e concluiu que as dívidas colocadas estavam inseridas e absorvidas na nova estrutura e que os eventuais reforços de recursos humanos da Câmara, nomeadamente de motoristas, seriam vistos em função da atividade e do equilíbrio financeiro dos TCB.

3.3 NOVO REGULAMENTO ORGÂNICO DOS SMTCB

A Deputada Márcia Calafate da CDU apresentou um pedido de escusa à votação.

Colocado à votação foi:

Aprovado com votos a favor do PS(14), PSD(3), BE(2), MCI(1), abstenção do PAN(1) e votos contra da CDU(9) – Deliberação N° 45/2020.

3.5 APROVAÇÃO DO NOVO MAPA DE PESSOAL DOS SMTCB

A Deputada Márcia Calafate da CDU apresentou um pedido de escusa à votação.

Colocado à votação foi:

Aprovado com votos a favor do PS(14), PSD(3) e MCI(1), abstenção da CDU(9) e PAN(1) e votos contra do BE(2) – Deliberação N° 46/2020.

O Deputado José Caetano, declarou que, pelo facto de se manter a precariedade nas relações de trabalho, a CDU se tinha absterido na votação ao Novo Mapa de Pessoal.

O Deputado Francisco Alves, declarou que o BE tinha votado contra o Novo Mapa de Pessoal, por se continuar a verificar precariedade de trabalho.

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, propôs ao Plenário que, no caso de não se conseguir esgotar a Ordem de trabalhos na reunião seguinte, se apontasse uma continuação para dia dois de julho, no mesmo local. Deu nota de que, apesar de não haver impedimento jurídico, mas tendo em conta o que tinha sido dito pelo Deputado José Caetano, os pontos 3.8, 3.9 e 3.10 seriam votados antes do ponto 3.4.

A Deputada Ana Santos, procedeu à leitura da Ata em Minuta que foi, **aprovada por unanimidade, anexo XXIII.**

Os trabalhos foram interrompidos às zero horas e quarenta e sete minutos, do dia trinta de junho de dois mil e vinte.

**Sessão Ordinária da Assembleia Municipal do Barreiro
iniciada em vinte e três de junho, e continuação a vinte e cinco, vinte e
nove e trinta de junho de dois mil e vinte**

Aos trinta dias do mês de junho de dois mil e vinte, no Pavilhão Desportivo do Luso Futebol Clube, sito na Av. Henrique Galvão 26, 2830-308 Barreiro, teve início pelas vinte e uma horas a Sessão Ordinária da Assembleia Municipal do Barreiro. Na Mesa, o Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, foi secretariado por Ana Santos e André Antunes.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A Câmara Municipal esteve representada pelo Presidente da Câmara, Frederico Rosa, João Pintassilgo, Sara Ferreira, Rui Braga, Alexandra Silvestre, Cristiano Castanheira, Rui Lopo e Joana Medeira.

O **Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista**, informou os pedidos de suspensão e de substituição, conforme Declarações de Presenças, **anexo XXIV**.

Assembleia Municipal - Pedidos de suspensão
Carlos Humberto, substituído por Antonieta Fortunato
Assembleia Municipal - Pedidos de substituição
Rui Faria substituído por Rui de Carvalho
André Santos substituído por Maria Teresa Guerreiro
Paulo de Deus substituído por Macário Dias
Rosalina Carmona substituída por Márcia Calafate
Alexandre Teixeira substituído por Sílvia Baião
Ana Teresa Xavier substituída por Sílvia Ratão
Rogério da Ponte substituído por Francisco Ferreira
David Rodrigues substituído por Nuno Soares
José Paleta substituído por José Carlos Marques
Luís Cerqueira substituído por Joaquim Sousa Marques
Câmara Municipal - Pedidos de substituição
Bruno Vitorino substituído por Joana Medeira
Sofia Martins substituída por Alexandra Silvestre
Sónia Lobo substituída por Cristiano Castanheira

Deu nota de que, conforme combinado na reunião anterior, a reunião iria iniciar com a apreciação do ponto 3.6.

3.6 APROVAÇÃO DA ALTERAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL

O **Vice-Presidente da Câmara Municipal, João Pintassilgo**, descreveu as alterações propostas nas carreiras profissionais e a sua afetação às várias áreas.

O **Deputado José Caetano**, afirmou que em quase três anos do atual Mandato, se verificava uma desvalorização completa da intervenção direta do Município na resposta às necessidades básicas da população e, em contrapartida, o aumento significativo do recurso ao outsourcing, pela admissão privilegiada de técnicos superiores em detrimento de trabalhadores operativos e administrativos, cuja admissão também consideravam importante, dado o atual nível etário da maioria dos mesmos.

O **Deputado Isidro Heitor**, manifestou o acordo da sua Bancada com a proposta apresentada que considerou como adequada e equilibrada para dar resposta às necessidades das pessoas e prestar um serviço público de qualidade. Comentou que todos os trabalhadores eram necessários e quanto mais qualificados melhor.

O **Deputado Francisco Alves**, deu a conhecer que a Bancada do BE iria votar a favor, mas manifestou preocupação pelo número de lugares vagos em funções operacionais, nomeadamente motoristas e sugeriu que fosse feito um esforço acrescido com vista à contratação de trabalhadores sem ter que recorrer a subterfúgios de precariedade.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Vice-Presidente da Câmara Municipal, João Pintassilgo, manifestou o seu orgulho pela forma como estava a gerir os recursos humanos, atento à movimentação, às possibilidades de reformas e às necessidades existentes. Refutou as afirmações de que se estavam a admitir mais técnicos superiores do que para as outras carreiras, pois os assistentes operacionais eram uma peça fundamental e a esmagadora maioria. Deu a conhecer que a Câmara iria investir na habilitação de carta de pesados a assistentes operacionais que pretendessem enveredar na carreira de motorista.

Colocado à votação foi:

Aprovado com votos a favor do PS(14), PSD(3), BE(2), PAN(1) e MCI(1) e votos contra da CDU(10) – Deliberação N° 47/2020.

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, deu a conhecer a publicação de alguns diplomas que tinham afetado o funcionamento das Assembleias, nomeadamente a incorporação excecional do Saldo de Gerência, antes da deliberação em Assembleia Municipal. Assim, apesar de não haver nenhuma ilegalidade, era mais coerente apreciar o ponto 3.4 após a aprovação das contas. Questionou se havia alguma objeção a iniciar os trabalhos com o ponto 3.8, seguindo-se o 3.9 e o 3.10.

3.8 DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS, RELATÓRIO DE GESTÃO, RELATÓRIO E MAPAS DO INVENTÁRIO DOS BENS MÓVEIS E IMÓVEIS – ANO 2019 DA CÂMARA MUNICIPAL DO BARREIRO

O Presidente da Câmara Municipal, Frederico Rosa, fez breve apresentação do panorama geral do Orçamento de dois mil e dezanove, do qual destacou: a melhor execução da receita orçamentada; o crescimento do ativo e do passivo (incorporação do investimento nos autocarros dos TCB e posto de combustível); a diminuição do prazo médio de pagamentos; aumento das receitas correntes, acima das despesas correntes; aumento da receita de capital (investimento dos autocarros dos TCB); descida significativa na despesa de pessoal; crescimento da cobertura do imobilizado da Câmara Municipal do Barreiro; forte aumento na liquidez geral da Autarquia; aumento significativo da liquidez reduzida. Referiu que a taxa de execução das Grandes Opções do Plano era razoável e descreveu as empreitadas e os motivos que para isso tinham contribuído. Mais, referiu o seu agrado pela robusta situação financeira da Autarquia que visivelmente estava preparada para a esperada crise financeira a nível internacional.

O Deputado Ricardo Teixeira, na qualidade de Coordenador da Comissão de Finanças informou que a mesma tinha reunido com os Presidentes da Câmara e da Assembleia, para uma apreciação mais técnica dos documentos financeiros, com o intuito de todas as Bancadas estarem mais preparadas para o debate, que desejou rico em termos políticos.

O Deputado Durval Salema, comentou que algumas das questões do GOP, que pretendia esclarecer, já tinham sido abordadas pelo Presidente da Câmara. Questionou os motivos da baixa execução de despesa corrente, do Departamento de Planeamento, Gestão Territorial e Equipamento e da Divisão de Sustentabilidade Ambiental e Eficiência Energética. Teceu considerações sobre a quebra do IMI. Pediu para que fossem discriminados os destinos das transferências correntes. Quis saber a que diziam respeito, e o que estava a ser feito em relação ao ligeiro aumento das dívidas de cobrança duvidosa.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Presidente da Câmara Municipal, Frederico Rosa, respondeu à questão da baixa execução da despesa corrente do Departamento de Planeamento, Gestão Territorial e Equipamento e à questão do aumento das dívidas de cobrança duvidosa.

O Deputado Vítor Castro Nunes, comentou que no contexto complicado do COVID, novos desafios e novas responsabilidades tinham surgido, e com elas a necessidade de repensar muitas coisas. Considerou que todos os eleitos, na medida do possível, se deveriam mobilizar para inverter o ciclo de perda de habitantes e ter um Município mais atrativo criando investimento e mais emprego, mais qualidade de serviço público, mais ambiente, mais reabilitação urbana, mais segurança e qualidade de vida. Reconheceu a existência de algum trabalho feito nesse sentido, mas declarou também que faltam investimentos novos e estruturantes no Município. Sugeriu o estudo e a criação de um plano de ação estruturado para captação de investimento, aproveitando para recomendar a redução da Derrama e aludindo ao facto de a taxa da Derrama em Almada ser mais reduzida que no Barreiro.

A Deputada Susana Ramalho, pediu esclarecimento sobre a referência do Presidente da Câmara à aquisição dos sessenta autocarros, por não coincidir com o a leitura feita no Relatório de Gestão, e melhor informação sobre o investimento na ETAR Barreiro/Moita.

O Deputado André Antunes, efetuou a leitura do documento inserto na Ata como, **anexo XXV**.

O Deputado Isidro Heitor, focou a sua intervenção no Relatório de Gestão e Prestação de Contas, tendo comentado alguns dos resultados apresentados. Deixou um alerta à Câmara Municipal pela redução da receita total e pelo aumento de despesa com pessoal do Quadro face às receitas correntes. Corrigiu os valores da taxa de execução das Grandes Opções do Plano, que tinham sido divulgados na imprensa local. Afirmou como inverdade, que a única opção que tinha atingido sessenta por cento de execução, tivesse sido a aquisição dos autocarros no Barreiro e explicou porquê. Acrescentou que as Grandes Opções do Plano tinham sido cumpridas nos seus vários objetivos que nomeou. Concluiu afirmando que face aos números apresentados, a situação económico-financeira do Município do Barreiro estava equilibrada, e que os mesmos eram o espelho da execução do Orçamento e das Grandes Opções em dois mil e dezanove. Afirmou que à contestação e ao protesto, havia que responder com trabalho e com realização, e à Câmara e ao Executivo desejou coragem e pediu para continuarem a trabalhar com força, capacidade, resistência e determinação, pois os barreirenses bem o mereciam.

A Deputada Susana Ramalho, respondeu ao Deputado Isidro Heitor fazendo a leitura no documento em apreciação, da parte referente aos sessenta autocarros.

O Deputado Ricardo Teixeira, contestou a percentagem de execução que estava a ser atribuída às Grandes Opções, por nela estar impactado o valor extraordinário da aquisição dos autocarros. Apontou também impacto na taxa de execução de receitas, pelas situações extraordinárias do IMT, das taxas de construção do Supera e da falta de rigor do orçamento devido às inúmeras alterações ao mesmo durante o ano. Teceu considerações sobre as despesas com pessoal, que na sua análise técnica tinham aumentado muito, e aconselhou a que a mesma fosse analisada, pois à partida no Orçamento para dois mil e vinte e um, esta situação se iria verificar no aumento da despesa total no próximo Orçamento.

O Deputado José Caetano, teceu considerações sobre o significativo aumento das despesas com pessoal e sobre o aumento das receitas que na sua análise era resultante



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

do aumento das receitas recebidas da Administração Central e não das receitas próprias. Contradiu a análise da existência de uma boa situação financeira e manifestou preocupações para o futuro. Igualmente manifestou preocupação pela não concretização do que estava orçamentado, para realização de obras pelo Município. Comentou o aumento do valor dos serviços externos e o desfasamento de realidade na perspetiva do valor do IMT.

A Deputada Antonieta Bodziony, teceu considerações sobre várias rubricas das Grandes Opções e lamentou a ausência da comemoração do Dia B.

O Presidente da Câmara Municipal, Frederico Rosa, comentou a intervenção feita pelo Deputado Vítor Castro Nunes, em relação à execução orçamental, à necessidade de investimento, emprego e requalificação. Prestou esclarecimento à Deputada Susana Ramalho sobre a questão dos autocarros, explicando a diferença entre dívida e empréstimo a curto prazo e sobre a ETAR Barreiro/Móita. Respondeu ao Deputado André Antunes que, para ajudar mais as pessoas, era preciso gerar mais investimento e mais receita, para distribuir pelo movimento associativo, cultura e desporto. Respondeu ao Deputado José Caetano, que quem tinha dito que era o melhor orçamento de sempre, tinha sido a Deputada Dulce Reis, comentou as referências feitas à situação financeira fazendo analogia com a situação da fábrica prevista para Palhais e comentou também os custos de pessoal e as alterações ao orçamento. Terminou reconhecendo que havia muito para fazer e tinha sido por isso, que os barreirenses tinham decidido mudar de rumo. Referiu que o Deputado José Caetano que continuava focado no passado, devia ter tido a capacidade de, ao apregoar as boas contas da CDU, reconhecer que no Orçamento estava refletido um buraco de setecentos e cinquenta mil euros que teve que ser tapado, e que em dois anos tinham aumentado em cem por cento a liquidez da Autarquia, com obra no terreno e pagamento mais rápido a fornecedores.

A Deputada Dulce Reis, apresentou um protesto pela deturpação feita pelo Presidente da Câmara, às palavras que tinha proferido aquando da apresentação do Orçamento, considerou-a de má fé e protestou igualmente quanto à utilização de palavras fora do contexto no que diz respeito à Bancada da CDU, cujas intervenções eram deturpadas em vídeos propagandistas.

O Deputado Ricardo Teixeira, pediu esclarecimento sobre qual ou quais as entidades a quem se deviam os setecentos e cinquenta mil euros e quando é que, efetivamente esse valor iria sair da Autarquia para essas entidades.

O Presidente da Câmara Municipal, Frederico Rosa, respondeu que a questão tinha sido identificada pela DGF, conforme o seu Relatório e, em consequência disso, tinha sido preciso alocar setecentos e cinquenta mil euros para lhe fazer face, valor esse que poderia servir para outros investimentos na Cidade.

A Deputada Márcia Calafate, corrigiu que o que estava previsto em Palhais era uma plataforma logística e mais do que estar a sofrer ataques, todos deveriam estar a discutir como trazer essa empresa para cá. “Gostava de ter visto o Presidente da Câmara dizer que está a fazer esforços para que a empresa venha para o Barreiro”, acrescentou. Procedeu à leitura do documento inserto na Ata como, **anexo XXVI**.

O Deputado José Caetano, respondeu ao Presidente da Câmara, que efetivamente eram diferentes, pois nos vários Mandatos nunca tinham utilizado trabalhadores no desemprego para trabalharem de borla para a Câmara Municipal e tinham incluído no Quadro todos os trabalhadores em situação de precariedade. Aconselhou a ter cuidado



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

com as nuances das palavras proferidas, quanto às contas da Câmara pois não eram da CDU nem do PS e lembrou quanto a isso, o caso de uma Presidente de Câmara do PS, no Distrito, que tinha sido presa.

O Deputado Ricardo Teixeira, afirmou que o Presidente da Câmara não tinha respondido qual era a entidade a que se estavam a dever os setecentos e cinquenta mil euros, e explicou que se tratava de uma questão técnica que estava a ser empolada para fazer um ataque à CDU.

O Deputado Francisco Alves, afirmou que a resposta do Presidente da Câmara á questão social não ia de encontro à que defendiam e apontou falta de perspetiva de resposta às questões sociais e de habitação.

O Deputado Isidro Heitor, respondeu ao Deputado José Caetano, dizendo que era mentira que o PS se considerasse dono do Barreiro e venceu a posição da sua Bancada em relação à narrativa de que o PS passava a vida a atacar a CDU. Protestou veementemente sobre a referência a uma ex-Presidente de Câmara do PS que, pelo que sabia nunca tinha sido presa e era reconhecida a nível nacional, em cujo Concelho o PS tinha maioria absoluta e a CDU se encontrava em queda clara de votação. Respondeu à Deputada Márcia Calafate que, por parte da Bancada do PS, não havia contradições e que, só ao fim de doze anos de gestão do PS, seria possível fazer comparações com o trabalho feito pela CDU. Aconselhou cuidado no discurso e na retórica, sob pena de haver posições contraditórias. Teceu comentários sobre as receitas e o investimento e finalizou ao afirmar que o executivo deveria continuar a envidar esforços no sentido de atrair para o concelho investimentos estruturantes a nível regional e nacional.

A Deputada Márcia Calafate, pediu esclarecimento ao Deputado Isidro Heitor porque tinham votado contra a Moção apresentada pela CDU que apelava exatamente a que fossem desenvolvidos esforços no sentido de trazer para o Barreiro esses investimentos.

O Deputado Vítor Castro Nunes, respondeu aos comentários do Presidente da Câmara, à sua intervenção, acusando-o de não ouvir os outros e venceu a posição do PSD em relação à Derrama, à Braamcamp e ao modelo de requalificação para a Cidade. Comentou os valores da receita e da despesa e terminou dizendo que mais tarde ou mais cedo, os Barreirenses iriam perceber que o PSD é, no seu entendimento, a melhor solução para governar o Barreiro, sendo os mais amigos do investimento, mais responsáveis, criteriosos e conhecedores.

A Presidente da Junta da União de Freguesias de Barreiro e Lavradio, Gabriela Soares, afirmou que, face à teia de propostas das bancadas da CDU, PSD e BE, os barreirenses deviam ter ficado perdidos e apresentou os factos da União de Freguesias de Barreiro e Lavradio, descrevendo em termos de obras, projetos e planos já executados e as medidas tomadas na educação e área social. Respondeu ao Deputado José Caetano que aos trabalhadores do rendimento social de inserção era atribuído um rendimento suplementar e que alguns já tinham sido integrados no Quadro de Pessoal.

O Deputado Vítor Castro Nunes, pediu esclarecimento à Presidente da Junta da União de Freguesias do Barreiro e Lavradio, perguntando-lhe se no Executivo da União de Freguesias do Barreiro e Lavradio só havia elementos do PS ou se havia também eleitos de outras forças políticas, nomeadamente do PSD, que tivessem desenvolvido o trabalho a que a Presidente da Junta se havia referido.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A Presidente da Junta da União de Freguesias de Barreiro e Lavradio, Gabriela Soares, respondeu que era um Executivo composto por três elementos do PS, um do Bloco de Esquerda e um do PSD, que efetivamente trabalhavam para o bem dos barreirenses. Acrescentou que as obras tinham sido concertadas e aprovadas por unanimidade, bem como a Prestação de Contas e o Relatório.

O Deputado André Antunes, fez a leitura do documento inserto na Ata como, **anexo XXVII**.

A Deputada Márcia Calafate, registou diferença de tratamento por parte do Presidente da Assembleia, por não lhe ter concedido um pedido de esclarecimento ao Deputado Isidro Heitor, e ter concedido aos dois últimos intervenientes. Reconheceu no Deputado Isidro Heitor a intenção de querer sempre puxar a discussão para cima e pediu novamente esclarecimento do porquê de votarem contra a Moção da CDU. Referiu que gostaria de comparar o primeiro ano do mandato do atual Executivo, com o primeiro mandato do Presidente Carlos Humberto – e entenda-se a herança que receberam.

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, esclareceu a Deputada Márcia Calafate sobre os motivos que tinham levado a que não lhe concedesse a palavra.

O Deputado Francisco Alves, corrigiu a intervenção da Presidente da Junta da União de Freguesias, dando a conhecer que não havia nenhum elemento do Bloco de Esquerda no Executivo das Juntas de Freguesia.

O Vereador Rui Braga, reconheceu unanimidade quanto á necessidade de o Barreiro precisar de mais empresas, mais emprego, mais Derrama, mais IMI e qualidade de vida para todos, o que separava era a forma de lá chegar. Respondeu ao Deputado Vítor Castro Nunes que estavam a ser dados passos no sentido de, para além da descida da Derrama haver uma visão estruturada no sentido de sediar empresas no Concelho, que estava a ser feito investimento e a ser feita requalificação, não apenas nas superfícies comerciais, mas em zonas que se encontravam em ruínas no Barreiro. Comentou as intervenções da Bancada da CDU, e considerou que o que distinguia o PS era a convicção e a intenção de inverter a postura de “coitadinhos” e que, no final do Mandato lá iriam estar para avaliar essa convicção e o trabalho feito.

O Presidente da Câmara Municipal, Frederico Rosa, clarificou alguns aspetos abordados na intervenção do Deputado Vítor Castro Nunes e teceu algumas considerações sobre as suas afirmações. Designadamente, aludiu ao sentido de voto, não uniforme, dos Deputados do PSD no referente ao procedimento da Quinta do Braamcamp. Respondeu ao Deputado Francisco Alves que, sim, era preciso mais habitação, mas lamentava que o Bloco de Esquerda tivesse votado contra a descentralização para a Habitação Social. Afirmou que estava a ser feito muito mais do que reivindicar o Centro de Saúde do Alto do Seixalinho e esperar que alguém o viesse construir, estava a ser assumida a intenção de o construir. Referiu como falsa a alegação acerca da construção de um edifício para uso exclusivo da Assembleia Municipal, quando o que estava previsto era a requalificação da praça circundante e do edificado que estaria destinado a acolher mais um espaço para exposições, um auditório e um espaço para alojar serviços camarários e a Assembleia Municipal, conferindo um espaço de trabalho condigno a todos os partidos. Folgou por ver que pouco se tinha discutido sobre as contas, afirmou que o motivo estava plasmado nos números, e que, fosse qual fosse a interpretação, era indesmentível que o caminho a seguir era o de gerar capacidade de



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

investimento no Concelho e que, nestes dois anos, tinha ficado provado que tinham conseguido.

O Deputado José Caetano, protestou por considerar inaceitável que o Presidente da Câmara tivesse arrogado o direito de decidir quem falava pelo PSD e pela forma como tinha sido decidida a não cobrança de bilhetes no TCB, no início da pandemia. Quis que ficasse registado que as contas do Barreiro tinham sido discutidas, não tinha sido unânime a discussão, mas tinha havido opinião muito crítica, em relação aos resultados apresentados.

O Deputado Vítor Castro Nunes, afirmou que era factual o que o Presidente da Câmara tinha afirmado a respeito do sentido de voto dos Deputados do PSD no referente ao procedimento da Quinta do Braamcamp, esclarecendo o Deputado José Caetano que quem falava pelo PSD, na reunião em curso, eram exclusivamente a Vereadora Joana Medeira, ele próprio e os Deputados Francisco Ferreira e Sílvia Ratão, e mais assinalando que o PSD é um Partido plural, de pessoas livres.

O Deputado Francisco Alves, afirmou que quem respondia pelo Bloco de Esquerda era quem tinha sido eleito, e para voltar ao “pato bravo” mostrou um artigo de jornal e perguntou: “toque de Veneza, isto é o quê”?

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, pediu ao Deputado Francisco Alves alguma contenção, por estar a fugir muito ao objeto do ponto em discussão.

O Presidente da Câmara Municipal, Frederico Rosa, registou o facto de o Deputado Francisco Alves ter trazido a fotografia do empresário que queria investir quarenta milhões no Barreiro e de o ter classificado de “pato bravo”.

Colocado à votação o ponto 3.8 foi:

Aprovado com votos a favor do PS(14), PAN(1) e MCI(1), abstenção do PSD(3) e BE(2) e votos contra da CDU(10) – Deliberação Nº 48/2020.

A Deputada Márcia Calafate, procedeu à leitura da declaração de voto da CDU, inserta na Ata como, **anexo XXVIII**.

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, não deu a palavra ao Deputado Isidro Heitor, para apresentação de protesto, conforme nº.4 do artigo 54.º do Regimento. Pediu que as Bancadas se pronunciassem no sentido de se encerrar ou não a reunião e qual o ponto da Ordem de Trabalhos passível de apreciação na reunião em curso.

O Deputado Vítor Castro Nunes, respondeu que a Bancada do PSD se pronunciava a favor da continuação com a apreciação do ponto 3.7.

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, chamou a atenção para o facto de que não existiam condições objetivas, para prolongar a sessão para além do dia dois de julho.

A Deputada Susana Ramalho, em nome da Bancada da CDU propôs a continuação com o ponto 3.7 preferencialmente, ou em alternativa o ponto 3.9.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O **Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista**, questionou o Vice-Presidente da Câmara se estava preparado para a apresentação do ponto 3.9 e deu-lhe a palavra.

3.9 RELATÓRIO DE ATIVIDADES E PRESTAÇÕES DE CONTAS 2019 (SMTCB)

O **Vice-Presidente da Câmara Municipal, João Pintassilgo**, manifestou satisfação, porque, conforme estava evidenciado no Relatório, tinha sido possível conseguir e concretizar grande parte dos objetivos dos TCB em dois mil e dezanove, mas, lamentavelmente, face ao que se estava a viver, iria haver um compasso na sua continuidade em dois mil e vinte. Referiu que os TCB tinham confirmado o seu papel no paradigma do novo transporte público rodoviário na Área Metropolitana de Lisboa, que tinha havido um incremento na procura, maior do que o esperado e que tinham as condições necessárias para continuar a ser uma alavanca potenciadora de progresso e de desenvolvimento económico do Barreiro. Analisou a situação económico-financeira dos TCB e dos seus resultados operacionais e descreveu os apoios concedidos em eventos culturais realizados no Concelho.

O **Deputado Durval Salema**, afirmou que tinha algumas reservas em relação ao que tinha sido dito pelo Vice-Presidente, que estava desmentido no parecer emitido pelo Revisor Oficial de Contas, e descreveu-as. Não considerou famosa a execução orçamental da despesa, questionou o motivo do fraco desempenho orçamental da rubrica de Aquisição de Serviços e comentou a média de emissão de gases com efeito de estufa. Manifestou agrado pela premissa “primeiramente reduzir o consumo e combater o desperdício, para só então remeter os resíduos para o destino final adequado”, descrita na parte da sustentabilidade, concluindo que se deveria fazer nos TCB e em todas as atividades.

O **Deputado José Caetano**, procedeu à leitura do documento inserto na Ata como, **anexo XXIX**. Declarou que o sentido de voto da CDU iria ser a abstenção.

O **Deputado Vítor Castro Nunes**, agradeceu a paciência e o esforço do Vice-Presidente na apresentação do Relatório a uma hora tão tardia. Concordou que os TCB sempre tinham sido um desígnio comum a todos, o que demonstrava ser possível remar para o mesmo lado e, a propósito da renovação da frota, deu os parabéns ao anterior e ao atual Executivo. Reiterou a questão colocada pelo Deputado Durval Salema em relação à dívida à CP, pediu melhor informação sobre o reforço dos fundos próprios dos Transportes Coletivos do Barreiro, e sobre o impedimento de concorrer a linhas, no Distrito de Setúbal.

O **Deputado André Antunes**, opinou que todos Deputados Municipais deveriam fazer um esforço para melhor conduzir os trabalhos, pois não era digno estar a discutir a uma hora tão tardia, já sem energia, uma coisa tão importante do Barreiro, como os TCB. Considerou que muita coisa podia ter sido melhor feita, mas o importante no momento era aguentar o impacto atual e depois recomeçar, ganhando a confiança dos passageiros.

O **Deputado Vítor Castro Nunes**, questionou como estavam a ser mitigadas as eventuais situações de conflito resultantes da obrigatoriedade do cumprimento das regras de segurança nos autocarros dos TCB e prevenidos os danos para os trabalhadores.

O **Vice-Presidente da Câmara Municipal, João Pintassilgo**, respondeu ao Deputado José Caetano que iria continuar a contrariar a afirmação de que nada tinha sido feito em relação à expansão para outros Concelhos e esclareceu a situação. Respondeu à



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

questão sobre a redução de custos, colocada pelo Deputado Durval Salema. Respondeu ao Deputado Vítor Castro Nunes que não havia sobrelotação de passageiros, que no início tinha havido alguns incidentes, mas o comportamento da maioria da população que frequentava os autocarros era muito positivo e que os motoristas tinham tido a proteção devida, como já tinha sido relatado várias vezes. Em relação aos fundos próprios, explicou que os mesmos iriam sendo recuperados em função dos resultados líquidos. Informou que a questão da dívida à CP estava salvaguardada juridicamente e explicou os motivos da não aceitação da prescrição por parte desta.

O Deputado Durval Salema, considerou que não era muito válida a resposta dada à questão da execução orçamental da despesa, repetiu a dúvida e pediu melhor explicação.

Colocado à votação o ponto 3.9 foi:

A Deputada Márcia Calafate da CDU apresentou um pedido de escusa à votação.

Aprovado com votos a favor do PS(14), PSD(3), BE(2) e MCI(1), abstenção da CDU(9) e PAN(1) – Deliberação N° 49/2020.

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, considerou que não havia condições, para continuar com a discussão do ponto 3.7, e anunciou a continuação da Sessão no dia dois de julho, pedindo a máxima pontualidade.

A Deputada Ana Santos, procedeu à leitura da Ata em Minuta que foi, **aprovada por unanimidade, anexo XX.**

Os trabalhos foram interrompidos à uma hora e quarenta e seis minutos do dia um de julho de dois mil e vinte.

**Sessão Ordinária da Assembleia Municipal do Barreiro
iniciada em vinte e três de junho,
com continuação em vinte e cinco, vinte e nove e trinta de junho
e em dois de julho de dois mil e vinte**

Aos dois dias do mês de julho de dois mil e vinte, no Pavilhão Desportivo do Luso Futebol Clube, sito na Av. Henrique Galvão 26, 2830-308 Barreiro, teve início pelas vinte e uma horas a Sessão Ordinária da Assembleia Municipal do Barreiro. Na Mesa, o Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, foi secretariado por Ana Santos e André Antunes.

A Câmara Municipal esteve representada pelo Presidente da Câmara, Frederico Rosa, Zélia Silva, Sara Heitor, Rui Braga, Sofia Martins, Pedro Estrela, Ana Soares, Rui Lopo, Joana Medeira.

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, deu a conhecer os pedidos de suspensão e de substituição, conforme Declarações de Presenças, **anexo XXI.** Foi verificada a existência de quórum com a presença de trinta e um Deputados.

Assembleia Municipal - Pedidos de suspensão
Carlos Humberto, substituído por Antonieta Fortunato
Assembleia Municipal - Pedidos de substituição



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Filipa Pinto, substituída por Rui de Carvalho	
Carla Aguiar substituída por Teresa Guerreiro	
André Brás-dos-Santos substituído por Nuno Soares	
Paulo de Deus substituído por Macário Dias	
Rosalina Carmona substituída por Sílvia Baião	
Alexandre Teixeira substituído por Paula Freitas	
Ana Teresa Xavier substituída por Patrícia Ferreira	
Rogério da Ponte substituído por Francisco Ferreira	
David Rodrigues substituído por Joaquim Sousa Marques	
Câmara Municipal - Pedidos de substituição	
Bruno Vitorino substituído por Joana Medeira	
João Pintassilgo substituído por Zélia Silva	
Sara Ferreira substituída por Sara Heitor	
Paulo André Fernandes substituído por Pedro Estrela	
Sónia Lobo substituída por Ana Soares	

3.4 APROVAÇÃO DO MAPA DE FLUXOS DE CAIXA, 2ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO COM INTEGRAÇÃO DO SALDO DE GERÊNCIA

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, reiterando o que já tinha afirmado anteriormente, deu nota de que, ao abrigo do disposto no artigo 7º do Decreto N.º 7/XIV, que introduz um aditamento à Lei N.º 1-A/2020, e conforme o artigo N.º 129 da Lei do Orçamento de Estado de 2020, a aplicação do saldo de gerência podia ser efetuada antes da aprovação dos documentos de prestação de contas, através de uma revisão ao orçamento do ano corrente, após aprovação do mapa de fluxos de caixa do ano transato, estando a revisão orçamental dependente da ratificação do órgão deliberativo, aquando da sua primeira reunião. Referiu que, apesar de não ser o procedimento normal, nada obstará a que a incorporação do saldo de gerência fosse efetuada antes da aprovação da prestação de contas.

O Presidente da Câmara Municipal, Frederico Rosa, fez uma breve apresentação da revisão orçamental e da incorporação e destino do saldo de gerência. A receita a incorporar tinha tido o seu valor reduzido por via do protocolo MAI/Esquadra Barreiro Velho. Como já tinha previsto e referido na última sessão de assembleia, ao nível das GOP, havia um reforço de verbas, pelo facto de as obras estarem em andamento e uma consequente redução nas verbas não definidas. Ao nível da incorporação do saldo de gerência referiu os seus destinatários, nomeadamente: obras em curso; aquisição de software para os serviços camarários e para a gestão das refeições nas escolas; reforço de verbas em águas e saneamentos, pavimentações e parques infantis; eficiência energética nas piscinas; iluminação Led's; reforço de rubricas da Simarsul; reposição de verbas associadas ao COVID e às EPI's; reforço verbas para segurança dos mercados.

O Deputado Ricardo Teixeira, fez reparo que, em orçamento, tinham sido aprovados mais três milhões de euros na rubrica de IMI e que, posteriormente os documentos de suporte dessa verba, tinham sido reprovados em Reunião de Câmara. Questionou porque não tinha sido retirada a verba na Revisão Orçamental em apreciação, e, se havia na listagem reprovada em Câmara, ou fora dela, algum imóvel majorado pelos duzentos por cento, quando, e se estavam a contar com esse valor, para os três milhões de euros de IMI.

O Deputado Vítor Castro Nunes, saudou a previsão do reforço da aquisição de equipamento informático para os serviços da Câmara e para apoio ao processo das



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

refeições escolares. Pediu melhor explicação sobre a elevação da dotação do protocolo do Café Barreiro/Esquadra, sobre a elevação expressiva de verbas, na área das obras de construção e se tinha sido ponderada a redução destas verbas com a sua transferência para a área social.

O Deputado Durval Salema, perguntou se no conjunto das opções de incorporação do saldo de gerência nas GOP, estavam incluídas: - obras de adaptação em espaços e equipamentos públicos, em termos de acessibilidade, para pessoas com mobilidade condicionada; instalação no Concelho de postos de carregamento para viaturas elétricas; obras de melhoramento no Centro de Recolha de Animais Errantes, nomeadamente na sala de cirurgia e respetivo equipamento.

O Presidente da Câmara Municipal, Frederico Rosa, respondeu que não estava equacionado baixar o IMI e, a exemplo do que já tinha feito em Reunião de Câmara, explicou os motivos. Referiu não ser aconselhável fazer reduções orçamentais no momento, mas sim, ter uma visão estratégica da despesa, nomeadamente no investimento necessário para fazer face às situações relacionadas com COVID, pelo que previa uma revisão orçamental até ao final do exercício. Mais referiu que continuava a preocupação de não fazer orçamentos empolados. Explicou o porquê da verba comprometida para o Café Barreiro, afirmando que não se podiam comparar as verbas afetas às obras e à área social, por serem casos com causas manifestamente diferentes, explicando também o porquê das mesmas. Informou que iria continuar de forma generalizada, em todo o Concelho, o abaixamento das passadeiras e que o processo de implementação de pontos de carregamento elétrico estava a avançar de forma muito lenta, estando o Vereador Rui Braga a articular com empresas vocacionadas para esse fim, no sentido de disseminar pelo Concelho alguns postos, bem como para dar resposta e fomentar a opção por veículos elétricos. Internamente, também estava a ser desenvolvida essa adaptação. Sobre a Quinta do Mião, deu a conhecer o ponto de situação do processo de separação da Associação Intermunicipal Barreiro/Moita que, após efetuado, remeteria para a Autarquia do Barreiro a gestão do equipamento, e que haveria lugar a um acerto de contas com a verba em dívida da Câmara da Moita, em relação à Rotunda da Quinta dos Fidalguinhos. Finalizou, abordando o reforço que iria ser feito no quadro de pessoal.

O Deputado Ricardo Teixeira, disse “o Senhor Presidente assumiu então que de facto não foram retirados os três milhões de euros do IMI e até à altura em que eles sejam retirados, o orçamento estará então empolado”. Relembrou que não tinha sido respondida, a questão da existência ou não, na lista que foi reprovada em Câmara, e fora dela, de imóveis majorados em duzentos por cento.

O Deputado Isidro Heitor, comentou a preocupação da CDU em relação ao empolamento do orçamento, num terço dos valores de orçamentos aprovados pela CDU, orçamentados e inflacionados em milhares de euros, em património que nem era identificado, de tal forma recorrente que chamou a atenção do Tribunal de Contas. Acrescentou que, independentemente das críticas e preocupações, na altura tinha entendido as dificuldades com que os Executivos se debatiam e também compreendia a explicação que estava a ser dada, tendo em conta a situação excepcional. Referiu que, para o Grupo Municipal do PS não fazia sentido a aprovação do mapa de fluxos de caixa. Registou o seu agrado pela forma de afetação do valor do saldo de gerência, por considerar que o mesmo, mostrava equidade e preocupação, no reforço de áreas estratégicas, para melhoria da qualidade de vida dos cidadãos do Barreiro,



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Vereador Rui Braga, respondeu ao Deputado Ricardo Teixeira: -” não estamos a pensar receber nada da majoração dos imóveis que, na primeira fase, tivemos a ousadia de querer majorar com o vosso voto favorável em Câmara. Sei que houve majorações indevidas, feitas por parte das Finanças e não por parte da Autarquia, estamos a comunicar, ao lado dos munícipes, para que seja reposta a devida regularidade, daquilo que não vai acontecer. No Barreiro não vão ser majorados imóveis por estarem devolutos...” disse.

O Presidente da Câmara Municipal, Frederico Rosa, “Sr. Deputado da CDU, de facto sou muito honesto consigo, num ano em que vamos ter forte quebra de receitas, a mudança da CDU colocou um problema de mais três milhões de euros à Câmara Municipal do Barreiro. Não há outra forma de dizer”, respondeu. Explicou que o orçamento não estava inflacionado, pois tinha sido feito, com base no pressuposto de inclusão da verba referente a um processo de majoração de imóveis iniciado pelo Executivo da CDU, e votado no atual Executivo, também com os votos da CDU. Entretanto, a mudança de posição da CDU ao votar contra, originou um impacto de três milhões de euros no orçamento, que teria que ser ajustado, mas que no atual momento, devido à quebra de receitas previstas para um longo período de tempo, em virtude da pandemia, não era uma decisão responsável. Terminou dizendo “deixo aqui uma reflexão, o tempo nos dirá, se a mudança de posição, que vale ao orçamento da Câmara uma perda de três milhões de euros, foi de convicção ou de estratégia.”.

O Deputado José Caetano, pediu ao Presidente da Câmara que esclarecesse, como é que, sendo a CDU uma força em minoria, tinha conseguido impor uma decisão à Câmara.

O Presidente da Câmara Municipal, Frederico Rosa, respondeu que o Executivo era composto por nove elementos, um presidente e oito vereadores que representavam três forças políticas eleitas pelos barreirenses, quatro elementos do PS, quatro da CDU e um do PSD e que, com uma medida assinada pelo anterior executivo, a CDU tinha dado início à majoração de devolutos, medida essa que, por acreditarem ser uma boa medida, tinha tido o voto favorável do PS e sempre o voto contra e coerente do PSD. Depois das eleições, a CDU passa à oposição e aconteceu que o presidente e os vereadores do PS tinham mantido a coerência, votando a favor, o PSD tinha mantido a coerência, votando contra e a CDU manteve a coerência, invertendo a posição de voto.

O Deputado José Paleta, considerou que o Presidente tinha o direito de pensar o que quisesse, mas que a CDU se reservava o direito de mudar de posição e ter a posição que muito bem entendesse. Declinou a referência a uma estratégia da CDU, pois não eram contra o Barreiro, nem tinham uma política de terra queimada, construíram e haveriam de voltar a construir o Concelho e acrescentou que, em Câmara e em Assembleia, a CDU tinha posições independentes. Acusou o PS de em relação à Braamcamp, que a Câmara e a Assembleia tinham decidido comprar, para entregar ao povo do Barreiro, contra tudo e todos, forças políticas e população organizada em movimentos contra esse descalabro e roubo, tomou posição contrária, até com ilegalidades à mistura, que levaram o Tribunal a voltar atrás, até um determinado ponto, com o processo. Acusou o Presidente de não ter respondido à pergunta do Deputado Ricardo Teixeira e o PS da Câmara não saber falar com a CDU, apenas com o PSD ou então sozinho, acrescentando que o Barreiro não era do Partido Socialista, era de todos os barreirenses e de todas as pessoas, independentemente das opções políticas.

O Presidente da Câmara Municipal, Frederico Rosa, explicou que tinha pedido defesa da honra, em virtude de o Deputado José Paleta ter mentido, ao dizer que se tinha cometido um roubo e uma ilegalidade no processo da Braamcamp. Aconselhou a ouvir



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

mais barreirenses, para além dos que estavam à frente da sede do seu Partido. Concluiu dizendo que o que ele apelidava de delito era querer levar o Barreiro a ter mais futuro, a modernizar-se, a ter investimento e a criar emprego, e que o único roubo que poderia haver era nas aspirações da CDU.

O Deputado José Paleta, respondeu que não tinha intenção de ofender a honra, apenas pretendeu dizer que o Senhor Presidente não tinha o direito de tecer considerações, acerca das posições políticas da CDU e não tinha o direito de o fazer de uma forma tão arrogante, que não se compreendia num cargo que merecia respeito. Alterou o termo roubo para esbulho, pelo facto de se estar a entregar a Braamcamp que era um património dos barreirenses, aos privados.

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, alertou para o facto de estar a haver um desvio quanto à matéria em discussão.

O Deputado Ricardo Teixeira, chamou a atenção que, independentemente dos sentidos de voto, o documento tinha sido reprovado e não havia suporte para os três milhões de euros no orçamento. Afirmou que a CDU era a favor das majorações, quando existia uma estratégia de reabilitação de edifícios e de punir as tentativas de especulação por parte dos proprietários.

O Deputado Isidro Heitor, pediu desculpa por se focar em algumas questões fora da matéria em apreciação e afirmou respeitar profundamente as posições de todos os partidos. Referiu ter o máximo respeito pelo PCP e pela CDU, mas, em nome da bancada do PS, registou o seu incómodo com as afirmações de política de terra queimada e de roubos ao concelho do Barreiro que considerou de mau gosto e de mau tom, por nunca ter sido essa a conduta do Partido Socialista, exigindo igualmente respeito por todos os eleitos.

O Vereador Rui Braga, manifestou-se ofendido com o termo “roubo” e afirmou que era preciso ter lata para acusar o Partido Socialista e o Executivo, de esbulho. Contrapôs que roubo ou favor a alguém, tinha sido a aquisição feita pela CDU, da Quinta do Braamcamp por três milhões de euros, que sem capacidade de construção valia zero. Acrescentou que a carapuça não servia ao PS e a CDU tinha muito que explicar.

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, pediu novamente a todos que se centrassem na discussão do ponto, pois o Barreiro não se cingia apenas ao dossier Braamcamp e que o mesmo não cabia definitivamente no ponto em apreço.

O Presidente da Câmara Municipal, Frederico Rosa, acusou o Deputado da CDU de não ter a mínima ideia do que tinha dito ao enquadrar no COVID a Resolução Fundamentada e a decisão da venda da Quinta do Braamcamp, esclareceu e repôs a verdade sobre o assunto. Pediu desculpa ao Presidente da Assembleia Municipal e disse: “não posso admitir seja qual for o ponto, se houver uma mentira, cá estarei para dar a cara e repor a verdade”.

O Deputado José Paleta, comentou que ao levantar a questão tinha dado oportunidade de fuga ao Presidente e Vereador, para responderem à questão fundamental dos três milhões no orçamento. Reafirmou que a Quinta do Braamcamp tinha sido adquirida para usufruto do povo do Barreiro e não para alguns, em condomínios privados.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, voltou a chamar a atenção para o desvio da discussão, devolvendo a palavra ao Deputado José Paleta, e alertou que retiraria a palavra ao próximo interveniente que o fizesse.

O Presidente da Câmara Municipal, Frederico Rosa, “Senhor Deputado José Paleta, no Partido Socialista ninguém põe ninguém na ordem, admitimos opiniões diversas” ... “não sei como é no PCP, mas que se calhar andavam todos na ordem” ... disse. Acusou o Deputado de estar tão “embicado” na Braamcamp, que nem tinha ouvido a resposta à questão colocada pelo seu camarada e que, com prazer a iria repetir. Explicou que a inversão de posição da CDU, custou três milhões ao orçamento da Câmara Municipal e que no meio de uma pandemia, daquela que poderia ser a maior crise económica do século, assumia não os retirar e assumia também, que até ao fim do ano o faria. Terminou dizendo, ... “eu não resisto, a Braamcamp não é um condomínio fechado, o único condomínio fechado que há no Barreiro, foi aprovado pelos senhores”.

Colocado à votação o ponto 3.4 foi:

Aprovado por maioria, com os votos a favor do PS(14), MCI(1), abstenção do PSD(3), BE(2) e PAN(1) e votos contra da CDU (10) – Deliberação Nº 50/2020

O Deputado Durval Salema, declarou que o voto de abstenção do PAN, apesar de concordar com a maior parte do documento, se devia à demora nos melhoramentos da Quinta do Mião.

O Deputado Ricardo Teixeira, “votamos contra esta revisão, muito especialmente, devido ao facto de os três milhões estarem incluídos e lembrar, que também foi um dos motivos pelos quais votamos contra o orçamento de 2020, portanto estamos a manter a nossa coerência”, declarou.

3.7 ALTERAÇÃO À CALENDARIZAÇÃO DO CICLO OP 2019/2020 – CLÁUSULA DÉCIMA NONA DO REGULAMENTO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DO BARREIRO 2019/2020;

O Presidente da Câmara Municipal, Frederico Rosa, explicou que a alteração ao Regulamento se devia à necessidade de fixar uma nova calendarização das fases do Orçamento Participativo, face ao que as circunstâncias e constrangimentos do período pandémico tinham impossibilitado de fazer.

O Deputado Durval Salema, questionou quantas propostas tinham sido apresentadas, e a taxa de validação das mesmas.

O Deputado José Caetano, afirmou que na opinião da CDU, o orçamento participativo tinha como único objetivo, impedir que a população do Barreiro participasse efetivamente e diretamente na construção dos orçamentos da Câmara Municipal, pela limitação até ao valor de dez mil euros; quando o Município investia anualmente cerca de três, quatro milhões de euros em projetos. Argumentou a sua apreciação, exemplificando com a não realização de reuniões normais dos vários Conselhos Municipais bem como, o facto de ter terminado no atual Mandato, a descentralização das reuniões de Câmara pelas várias Freguesias do Concelho, pelo que considerava o Orçamento Participativo, como uma mistificação da participação popular nos Municípios.

O Deputado André Antunes, fez a leitura da alínea que definia o objetivo do orçamento e acusou o Deputado José Caetano de não ter lido a proposta ao falar em dez mil euros que se destinavam ao segundo classificado e não ao primeiro, que era quinze mil euros.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Considerou que o documento permitia ouvir a população e a sua participação, contrapondo que não eram as Opções Participadas que fariam o Barreiro andar para a frente.

O Deputado Francisco Alves, registou que o Bloco de Esquerda tinha sido um dos pioneiros na implementação de orçamentos participativos, que a CDU tinha o direito de não gostar, mas não era correto distorcer o seu objetivo. Considerou ser um passo em frente, no século vinte e um.

O Deputado Isidro Heitor, começou por afirmar a divergência política entre a CDU e a bancada do PS, em relação ao modelo participativo. Referiu que a CDU defendia as chamadas Opções Participadas, cujo modelo sempre fora considerado manifestamente insuficiente pelo PS, mas que, não obstante, a sua bancada sempre respeitou essa posição da CDU. Reconheceu que a CDU tinha legitimidade para, em coerência, expressar a sua discordância, mas acusou a mesma de se fazer passar por altamente defensora de mais participação na cidade, quando, na verdade, a Assembleia Municipal nunca teve acesso, em mandatos anteriores, aos relatórios das Opções Participadas, nem às propostas apresentadas pelos cidadãos. Lembrou que a questão essencial do documento era processual, motivado por um deslize de datas, devido ao período pandémico, e que o modelo era utilizado em inúmeros municípios. Terminou dizendo: “Deixem quem gere ter ideias, apresentar ideias e os cidadãos serem livres de apresentarem as suas propostas.”.

O Deputado Vítor Castro Nunes, manifestou interesse em nome do seu Grupo Municipal, em saber o número de propostas apresentadas. Referiu que o PSD era a favor da implementação do Orçamento Participativo, que na apresentação do Regulamento tinham feito várias sugestões e que na sua opinião, poderia ser vista uma norma, que, de futuro, evitasse a apresentação em Assembleia, de uma simples alteração de datas. Considerou que estando o processo em fase de arranque, os valores apresentados poderiam vir a crescer, caso houvesse condições para isso, no futuro. Lembrou que tinham criticado as Opções Participadas pelo envolvimento às vezes, de quantias muito expressivas para, no essencial, propaganda dos Eleitos da CDU na Câmara. Recordou que no Boletim Municipal não aparecia uma menção, uma fotografia de alguém que não fosse da CDU. Acrescentou que a situação não era presentemente muito melhor e mais referiu que, havia membros das Juntas de Freguesia que trabalhavam em projetos e que, não sendo do PS, não eram convidados para as inaugurações. Registou que o PSD iria votar a favor da alteração da proposta.

A Presidente da Junta da União de Freguesias do Barreiro e Lavradio. Gabriela Soares, disse que o Deputado José Caetano estava equivocado nas suas afirmações e acrescentou que, enquanto Presidente de Junta tinha tido oportunidade de participar em várias estruturas locais, diretamente ou indiretamente, ou até delegando a representação em colegas do executivo, para representar a Junta em estruturas como o Conselho Municipal de Segurança, Conselho Municipal da Ação Social do Barreiro, Conselho Municipal da Juventude, Núcleo de Pessoas sem Abrigo. Referiu que algum tempo antes das últimas eleições autárquicas, tinha participado numa das Opções Participadas realizada no Sporting Clube Lavradiense, e que na sua perspetiva de município, as questões levantadas pela população indignada, tinham tido impacto zero. Terminou dizendo que a verba poderia ser baixa, mas que se tinha que começar por algum lado.

O Deputado José Caetano, pelo facto de terem sido contestadas as suas afirmações, questionou se promover uma reunião com centenas de pessoas, para discutir problemas concretos do Barreiro, era uma iniciativa de propaganda da CDU, ou se tinha sido a



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Câmara Municipal a mobilizar as populações para discutir os problemas e dar sugestões. A CDU assumia ser essa a melhor maneira de enfrentar e resolver os problemas. A construção de ideias consensuais tinha custos e obrigava a enfrentar a opinião das pessoas. Em relação à Quinta do Braamcamp a Câmara Municipal tinha-se proposto realizar a auscultação das populações, promover concurso de ideias sobre o que lá fazer e, a primeira coisa feita por este Executivo, tinha sido deitar tudo para o lixo e fazer especulação urbana, sem ouvir a população. Relembrou ao Bloco de Esquerda que, antes da sua existência como organização, já Palmela, Câmara CDU, tinha avançado com um orçamento participativo.

O Deputado Francisco Alves, afirmou estar de acordo com o Deputado José Caetano e ainda bem que em Palmela tinham dado o passo, o que lamentava era que no Barreiro não quisessem, mas respeitava a opinião. Não pretendeu discutir o historial do Bloco de Esquerda, nem o do PCP, mas não valia a pena dizer que eram os primeiros.

O Presidente da Câmara Municipal, Frederico Rosa, disse ao Deputado José Caetano que tinha desanuviado o ambiente com a afirmação “nós somos contra, mas fomos os primeiros a fazer”. Afirmou que acompanhava algumas considerações feitas pelo PSD e Bloco de Esquerda, mas que o Orçamento Participativo, como tinha falado em várias Comissões em que tinham estado presentes todos os partidos, não era o único mecanismo de participação, mas sim mais um, e que, neste primeiro atípico ano, em que o confinamento não tinha ajudado, tinham aparecido vinte e quatro propostas que estavam a ser tecnicamente validadas. Mais afirmou que o valor era superior, em vinte e cinco mil euros, ao valor que usavam para o mesmo fim, que se abstinha de comentar a participação de massas nas Opções Participadas. Achou importante referir que, pela primeira vez, com o atual Executivo, todas as Reuniões de Câmara eram públicas, que todos os Partidos tinham voz no jornal municipal, e que só não respondia aos munícipes na Assembleia Municipal por a CDU ser contra, manifestando a sua vontade de o fazer diretamente.

O Deputado José Paleta, afirmou que a CDU defendia que a transformação do mundo era feita através da intervenção das pessoas, com democracia económica, social, política e cultural, programaticamente defendia que deveria ser económica, social, política e cultural, existindo, portanto, conceções completamente diferentes do PS e PSD, que defendiam uma democracia representativa. Reconheceu toda a legitimidade para isso, assim como a da CDU para continuar a defender o seu tipo de sociedade. Referiu que também Sesimbra tinha adotado as Opções Participadas e que em Palmela se tinha chegado à conclusão de que o modelo não servia para resolver os problemas da sua população.

Colocado à votação o ponto 3.7 foi:

Aprovado por maioria, com os votos a favor do PS(14), PSD(3), BE(2), PAN(1) e MCI(1) e abstenção da CDU (10) – Deliberação N° 51/2020

3.10 DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DO BARREIRO E OS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE TRANSPORTES COLETIVOS DO BARREIRO REFERENTE AO ANO DE 2019;

O Presidente da Câmara Municipal, Frederico Rosa, identificou o ponto como simplesmente a junção dos dois pontos que tinham sido votados na anterior sessão.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O **Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista**, perguntou se alguém queria intervir, atendendo à que o ponto em apreciação era apenas a fusão dos pontos 3.8 e 3.9 que tinham sido discutidos na sessão anterior. Não houve intervenções.

Colocado à votação o ponto 3.10 foi:

Aprovado por maioria, com os votos a favor do PS(14), PSD(3), BE(2), PAN(1) e MCI(1) e abstenção da CDU (10) – Deliberação Nº 52/2020

3.11 ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO, COM PUBLICAÇÃO DE ANÚNCIO NO JORNAL OFICIAL DA UNIÃO EUROPEIA, PARA CONCESSÃO PARA A CONCEÇÃO, CONSTRUÇÃO E EXPLORAÇÃO DE UM CREMATÓRIO NO CEMITÉRIO MUNICIPAL DA VILA CHÃ;

O **Presidente da Câmara Municipal, Frederico Rosa**, referiu que o processo já tinha muito tempo e tinha envolvido vários serviços e departamentos da Autarquia, com vista à obtenção de um resultado operacionalizado, que, para além da construção de um crematório criasse mais valias, num espaço que tinha que ser melhorado. Explicou que, por se tratar de uma área muito específica com dificuldades de recrutamento, não seria a Autarquia a fazer o investimento diretamente. Acrescentou que, com a solução apresentada, o Barreiro iria poder dar resposta às opções atualmente procuradas, que não passam só pelo enterro tradicional e dos nichos, cuja tendência era serem mitigados. Com a colaboração do Vereador Bruno Vitorino, que tinha acompanhado o processo e que efetuou uma pesquisa, foi apurado que, em dez funerais, sete seriam fora do Barreiro, dando assim a perspetiva da relativa dimensão e relevância que a opção poderia ter.

O **Deputado Durval Salema**, manifestou o seu acordo absoluto com o tipo de equipamento, que estava incluído no Programa Eleitoral do PAN. Reconheceu ser um tema de abordagem delicada, mas necessária pois a procura deste tipo de solução tinha aumentado, o que levava muitos dos munícipes do Barreiro a recorrer a concelhos vizinhos, para fazer a última despedida aos seus entes queridos.

O **Deputado José Paleta**, reconheceu que o crematório fazia falta ao Barreiro, mas considerou como fundamental ouvir a população daquele aglomerado populacional. Manifestou preocupação futura, por se tratar de uma parceria público-privada.

O **Deputado Vítor Castro Nunes**, afirmou que o PSD apoiava a iniciativa, por se tratar de um equipamento necessário no Concelho. Esperava que a concessão a privados e a operação da criação de infraestruturas corresse bem e questionou sobre se haveria custos para o Município. Louvou o reconhecimento feito ao Vereador eleito pelo PSD, que, à imagem da concessão da iluminação pública, tinha tido uma intervenção empenhada e interessada, na promoção da infraestrutura que será objeto de concessão a privados, solução que considerou adequada.

O **Deputado Isidro Heitor**, considerou de grande importância o que se estava a discutir, por dar aos barreirenses a opção de, em vida, ou através dos seus familiares, terem a liberdade de optar pela cremação, cuja procura estava a ter um aumento significativo. Igualmente, considerou que, face às restantes intervenções, seria uma matéria consensual. À preocupação do Deputado José Paleta, respondeu que a tecnologia resolvia as situações, exemplificando com o Crematório do Alto de S. João, dentro da cidade de Lisboa, que não tem causado transtornos. Fez uma análise positiva do programa do procedimento concursal e do caderno de encargos, na qual destacou o prazo, o valor, a responsabilidade e as obrigações gerais e outras do concessionário, bem como o critério da adjudicação quanto à questão da relação preço/qualidade com fatores



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ponderadores bem definidos. Terminou afirmando que o Município não tinha know-how, quer em termos de construção, quer em termos de concessão, considerando assim que a forma do procedimento era a adequada.

O Presidente da Câmara Municipal, Frederico Rosa, respondeu que a tecnologia existente e a legislação se enquadravam perfeitamente no Cemitério da Vila Chã. A opção escolhida teve a ver com a capacidade de manutenção do equipamento e a necessidade de serviços muito especializados, não havendo assim custos acrescidos para a Autarquia.

O Presidente da Assembleia Municipal, André Pinotes Batista, confirmou a presença de trinta Deputados.

Colocado à votação o ponto 3.11 foi:

Aprovado por maioria, com os votos a favor do PS(14), PSD(3), BE(2), PAN(1) e MCI(1) e abstenção da CDU (9) – Deliberação Nº 53/2020

O Deputado José Paleta, declarou que a abstenção da CDU tinha tido em conta, o facto de não ter sido respondido, se a população tinha sido ouvida ou não, fator que consideravam como determinante e também por preocupações em relação às questões técnicas.

A Deputada Ana Santos, procedeu à leitura da Ata em Minuta que foi, **aprovada por unanimidade, anexo XXII..**

Os trabalhos foram interrompidos pelas vinte e três horas e vinte e cinco minutos do dia dois de julho de dois mil e vinte.

A gravação áudio, encontra-se disponível nos Serviços da Assembleia Municipal do Barreiro e o seu registo de vídeo em,
https://www.youtube.com/channel/UCNgNhQ5vjOIWztG0_3NvEVA.

APROVAÇÃO DA ATA

Para constar e produzir os seus efeitos legais, foi lavrada a presente Ata que, após lida e aprovada por maioria, na Reunião Ordinária realizada a 29 de dezembro, vai ser assinada por mim, Filomena Maria Rodrigues Neves, Assistente Técnica, que a lavrei e pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Pinotes Batista.

O Presidente,

André Pinotes Batista

A Assistente Técnica,

Filomena Neves

